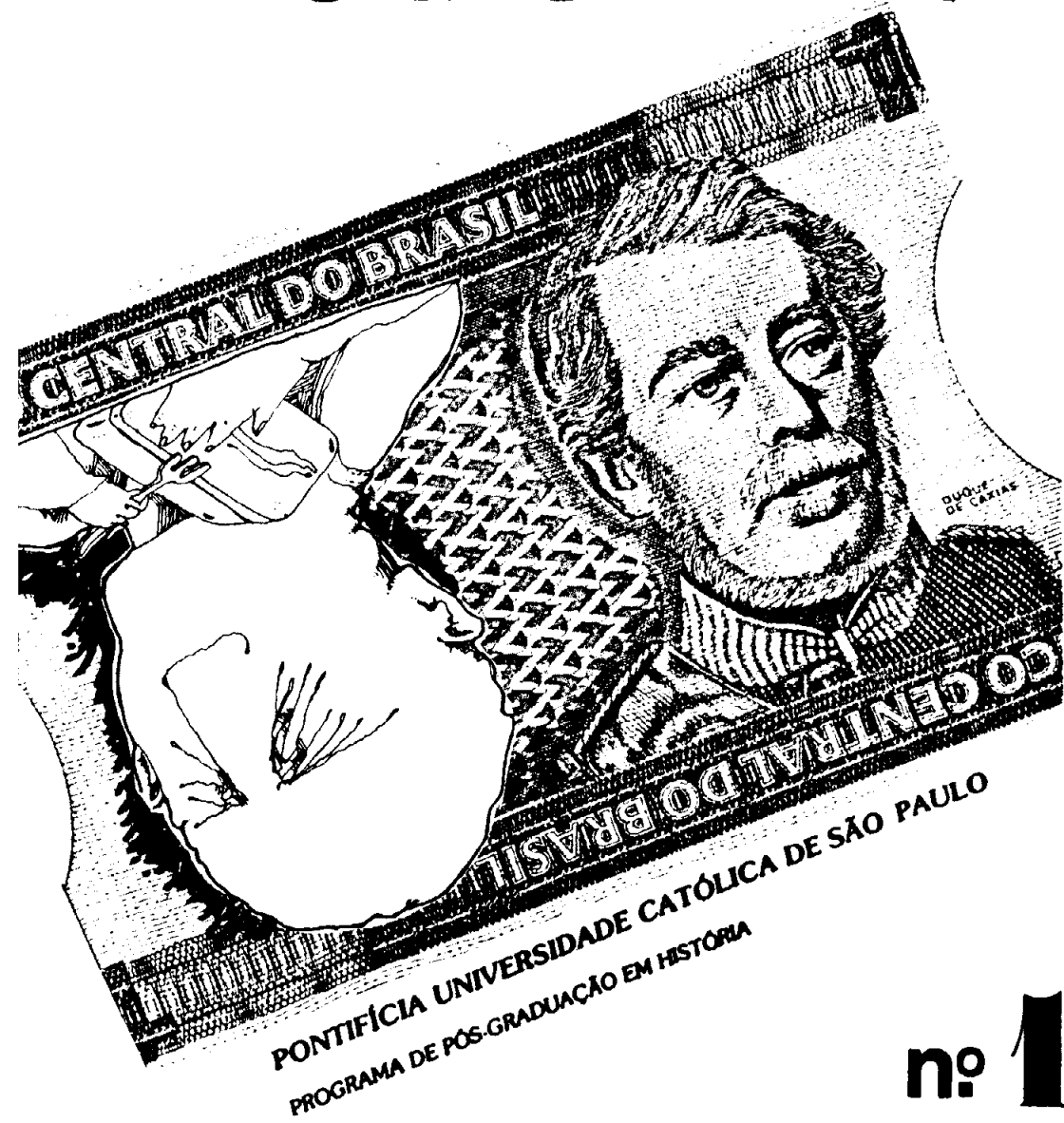


PROJETO
HISTÓRIA



PROJETO

HISTÓRIA

*Publicação do Programa de Estudos
dos Pós-Graduados em História
da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo - Núcleo
de Pesquisa e Documentação Histórica.
Rua Monte Alegre, 984,
SP. CEP: 05014*

ÍNDICE

PROJETO-História
Número 1 - Outubro de 1981

Edição: *Enrique Peregalli e Luiz Egypto*

Revisão: *M. A. Oricchio*

Diagramação: *Luís Alonso*

Capa: *César Landucci Neto*

DUAS PALAVRAS..... pág. 5

PROJETOS

UM OUTRO NORDESTE: O ALGODÃO NA
ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE
(1.900-1.915)
Denise Monteiro Takeya..... pág. 7

UMA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO
FORMATIVO DA CULTURA BRASILEIRA:
A AÇÃO METROPOLITANA
Noêmia Leandro..... pág.15

ARTIGOS

A DELINQUÊNCIA ACADÊMICA
Maurício Tragtemberg..... pág.19

GRAMSCI, A QUESTÃO MERIDIONAL
E O FASCISMO: UMA ABORDAGEM
HISTORIOGRÁFICA
Enrique Peregalli..... pág.25

A RELAÇÃO EMPREGADOR-EMPREGADO
VISTA PELO PRISMA DO EMPREGADOR
NO PERÍODO POSTERIOR A 1964
Jean-Claude Eduardo Silberfeld..... pág.30

PÁTRIA NOVA: POR DEUS, PELO
BRASIL E PELO IMPERADOR
Teresa M. Malatian Roy..... pág.36



RESENHAS

"O CGT E AS LUTAS SINDICAIS
BRASILEIRAS", Sérgio Amad Costa
(Luciara Silveira de Aragão)..... pág. 40

"ENSINO PAGO: UM RETRATO SEM
RETOQUES", Carlos B. Martins
(Sonia Marrach)..... pág. 43

*Relação das Pastas com Trabalhos
de Pesquisa do Curso de Graduação
existentes no Núcleo de Pesquisa e
Documentação Histórica..... pág. 47*

*Teses de Mestrado em História
da PUC-SP..... pág. 50*

A PALAVRA DOS ALUNOS

RECRENCIAMENTO: AS PREOCUPAÇÕES
DO CONSULTOR CORRESPONDEM ÀS DO MEC?..... pág. 53



DUAS PALAVRAS

Com passo vacilante, aparece o segundo número desta revista, que pretende veicular inquietações de professores e alunos de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Que a vacilação inicial se transforme em andar seguro e firme, depende daqueles que deveriam fazê-la sua, assumindo-a como uma tribuna através da qual podem - e devem! - comunicar seus trabalhos em andamento, seus projetos, suas idéias a respeito da enorme problemática que implica fazer história nos tempos que vivemos.

Uma revista se afirma e perdura, quando ela se faz necessária para aqueles que a frequentam, seja como autores ou como leitores. Chegarão estas páginas a se fazerem necessárias? Nascidas na Pós Graduação, não pretendem se fazer exclusivas e ficar só nela. Os problemas e inquietações das pessoas que frequentam a Graduação e a Pós Graduação, seja como professores, seja como alunos, não são essencialmente diferentes. O que se discute nos corredores e nas salas de aula, e às vezes nas ruidosas assembleias, tem denominadores comuns.

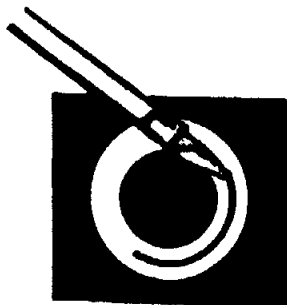
Será a polêmica sobre o europocentrismo, a porta pela qual ingressará na revista o pessoal da Graduação? A porta está aberta.

Haveremos de continuar lamentando que projetos de

pesquisa e trabalhos de fim de curso, continuam dormindo nas escuras gavetas de orientadores e/ou professores? Não terá chegado a ocasião de fazê-los ver a luz? Aqui está o instrumento. Porquê não aproveitá-lo?

Um apelo, uma insistência final: ESTA É A REVISTA DOS ALUNOS E DOS PROFESSORES, NÃO DE UM GRUPO RESTRITO QUE PRETENDE MONOPOLIZÁ-LA, FAÇAM-NÁ SUA!

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
EM HISTÓRIA / PUC - SP.



PROJETO

UM OUTRO NORDESTE: O ALGODÃO NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1.900-1.915)

DENISE MONTEIRO TAKEYA

1. O tema-problema

A economia brasileira na República Velha, como objeto da produção historiográfica, apresenta-se inserida tanto em análises mais abrangentes que extravasam 1889-1930, como nas que se referem ao seu próprio período (1).

Tais análises, a grosso modo, centralizam-se em duas temáticas básicas.

A primeira é a das relações da economia brasileira com a economia mundial. O comércio exterior, as finanças e os investimentos estrangeiros são os principais pontos enfocados; é uma análise voltada, por assim dizer, para fora. Ao nível teórico, a justificativa está no fato de que a economia brasileira é uma economia de exportação, fundada pela expansão do capitalismo mercantil europeu e sua evolução é vista dentro do contexto do capitalismo em escala mundial.

A segunda temática diz respeito ao binômio cafeicultura-industrialização, mais atenta portanto às transformações estruturais internas que ocorrem especialmente em São Paulo, embora não perca de vista a permanência da condição periférica da economia brasileira como um todo.

Pensado o problema em termos espaciais, ou melhor ainda, em termos regionais, o que se verifica é que a predominância dessas duas temáticas, especialmente da segunda, torna o Sudeste uma região privilegiada pela produção historiográfica sobre a economia na República Velha.

Pouco ou quase nada escreve-se sobre a situação econômica das outras regiões no mesmo período. Existe aí uma grande lacuna em

nossa produção historiográfica.

O Nordeste, que especialmente nos interessa, quando se faz presente, revela a persistência de um enfoque - o que passa pela unidade produtiva dos engenhos e usinas, (2). É o Nordeste do açúcar. O Nordeste fundamentalmente da Zona da Mata, área que representa uma porcentagem mínima de todo o espaço nordestino (menos de 18,2%).

O que ocorria então com o "outro nordeste", do Nordeste algodoeiro-pecuário de que falava Djacyr Menezes? (3)

Observamos que a produção historiográfica sobre a economia brasileira na República Velha não só privilegia o Sudeste como "locus" da análise, como ainda, em se tratando do Nordeste, restringe-se, às vezes saudosisticamente, àquela produção agrícola e estrutura agrária que representou sua época áurea, de sobreposição econômica às demais regiões.

Foi a partir dessas reflexões que nos decidimos a pesquisar o "outro nordeste". Nossa atenção voltou-se assim para a cotonicultura elegendo-se o Rio Grande do Norte como a região da análise.

O desenvolvimento da pesquisa revelou, no período 1889-1930, a gradativa importância que vai ganhando o algodão na produção do estado, sobrepondo-se à cana-de-açúcar, e uma expansão econômica através de mudanças que ocorrem ao nível da produção, comercialização e financiamento, o que vai significar em última instância a dinamização do próprio setor primário-exportador.

A compreensão do processo em curso só foi possível à medida em que passamos a atentar para o que estava ocorrendo ao nível das re-

lações de mercado da economia do Rio Grande do Norte.

Desta forma, percebemos que o progresso da cotonicultura dava-se paralelamente ao desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional, concentrada sobretudo no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo.

Desalojado gradualmente de sua posição no mercado mundial, pela concorrência de outros produtores no último quartel do século XIX, o algodão brasileiro produzido principalmente no Nordeste, vê abrir-se diante de si a possibilidade de colocação no mercado interno, isto é, a possibilidade de abastecer a indústria têxtil algodoeira então em expansão no sudeste do país.

Esse processo de reorientação de mercado é referido por diferentes autores.

Caio Prado Jr., tratando da perda da posição no mercado mundial pelo algodão brasileiro, afirma que "Depois da decadência dessa produção, que descrevemos anteriormente, quando o Brasil se viu praticamente excluído dos mercados internacionais, manteve-se apenas uma pequena produção para o consumo da modesta indústria têxtil indígena. No presente século, contudo, precisamente a partir de 1934, aparece de novo entre os grandes fornecedores mundiais" ... "Outro fator favorável à industrialização brasileira será a produção local de uma matéria-prima de grande importância para ela: o algodão". (4)

Para Stanley Stein Jr. "Enquanto projetos, máquinas, administradores e trabalhadores especializados para a indústria têxtil do algodão vinham da Inglaterra, do continente europeu e dos Estados

Unidos, havia um elemento autenticamente nacional no desenvolvimento inicial da produção em larga escala no Brasil: o algodão" ... "Não fossem os plantadores de algodão, pequenos e grandes do interior do Nordeste e em menor medida, do interior de São Paulo, a indústria têxtil teria sido, por muito mais tempo, mais um sonho de visionários" ... "as fábricas de tecidos estimulavam a agricultura ao consumirem o algodão bruto cultivado no próprio país". (5)

Edgar Carone, referindo-se às condições da industrialização na República Velha, coloca que "a produção do algodão é abundante e espalha-se por diferentes zonas geográficas, permite maior desenvolvimento da indústria algodoeira". (6)

Para Wilson Cano, "Já no final do século XIX, a indústria têxtil brasileira, consumia cerca de 60% do algodão produzido no país e sua acelerada expansão entre 1900-1920 faria com que o algodão nordestino passasse agora a ter no mercado interno a fonte para a sua expansão" (7)

Desta forma, observamos que a problemática das relações entre a cotonicultura nordestina e a indústria têxtil nacional nas duas primeiras décadas do século XX é colocada, de modo geral, a partir de uma visão unilateral, ou seja, do ponto de vista dessa industrialização. Aparece mencionada nos diferentes autores apenas como um fator a ela favorável.

Exceção deve ser feita a Paul Singer (8). O autor analisa o processo de desenvolvimento econômico sob a ótica da evolução urbana, centrando o trabalho sobre cinco cidades-polo regionais, observando seu crescimento particularizado e as transformações que vão so-

frendo em suas relações. Referindo-se ao desenvolvimento de Recife (Nordeste), diz ele: "Tudo isso mostra como, nas primeiras décadas deste século, o Nordeste se desvinculava, pouco a pouco, duma divisão de trabalho internacional, na qual se mantivera durante 3 séculos, para se inserir paulatinamente numa divisão de trabalho nacional. Esta mudança nas relações da economia nordestina com o exterior pode parecer, à primeira vista, pouco importante. De um lado, a economia nordestina parece ter lucrado, pois passou a contar com um mercado certo, já que as barreiras alfandegárias excluía com petidores externos. Por outro lado, ficava reservado, aparentemente, ao Nordeste, o mesmo papel que lhe coube na divisão internacional de trabalho: o de fornecer alimentos e matérias-primas. Com o agravante, porém, de estar restrito a um mercado muito menos dinâmico que o internacional" (9).

Mas acreditamos que é a partir da categoria "Divisão Inter-Regional do Trabalho" lançada por Francisco de Oliveira que se torna possível avançar mais no conhecimento das relações Nordeste-Sudeste, num período em que do ponto de vista econômico não se poderia falar ainda numa "nação" já consolidada. Tal categoria permite que a preocupação analítica centre-se ao nível do que ocorria internamente aos estados produtores de algodão - no nosso caso, o Rio Grande do Norte (10).

A emergência e afirmação de um polo dinâmico, representado pela industrialização da região Sudeste, originando a formação de um núcleo capitalista interno, molda as relações inter-regionais no país nesse período. Instalam-se relações do tipo campo-cidade, pela divisão de trabalho entre a agricultura e a industrialização

urbana.

Aceitando e adotando a categoria "Divisão Inter-Regional do Trabalho", dela fazemos, contudo, uma aplicação histórica divergente daquela do autor.

Para Francisco de Oliveira é só após a segunda guerra mundial, com o surto de industrialização do Sudeste, que se dá o processo de "substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais, por uma economia nacional localizada em várias partes do território nacional. Isto significa que é o crescimento industrial da região Sudeste que está formando ou reformando a distribuição espacial das atividades econômicas no território do país. A diferença é fundamental em relação à situação anterior, em que as ligações externas, para fora do país, determinavam a localização das atividades sem mediação ou com uma escassa mediação por parte de algum setor propriamente nacional" (11).

Ao contrário da posição do autor, entendemos que as primeiras décadas do século XX, e não o período pós-segunda guerra, marcam o início desse processo por ele mesmo descrito.

Diz ele, "Durante boa parte do século, num período de tempo não abrangido nesta análise, a expansão econômica da região sudeste parecia não afetar nem positiva nem negativamente a economia da região nordeste, particularmente no que se refere às relações entre ambos os setores industriais" (12).

Para o autor as economias regionais nesse período se igualavam pelo fato de serem todas voltadas para a exportação de produtos primários. Uma prova disso seria o fato de que a indústria têx-

til "desenvolveu-se quase simultaneamente nas principais regiões do país, e tinha quase a mesma participação na estrutura industrial; operava para um mercado regional, basicamente". (13)

Ora, a expansão econômica que se verifica no Rio Grande do Norte nos primeiros quinze anos do século XX é uma expansão gerada pela e para a agro-exportação. Surge exatamente como fruto do processo de inserção desse estado na Divisão Inter-Regional do Trabalho, o que se dá fundamentalmente pelo fornecimento de algodão à indústria têxtil do Sudeste.

Esse processo reafirma a economia norte-rio-grandense como agro-exportadora e é por ela afirmado.

É dentro deste quadro inclusive que deve ser vista a ingerência dos interesses do capital internacional nesse período na economia do estado, atuando principalmente ao nível da comercialização e do financiamento da agro-exportação.

Tomando portanto como referencial teórico o trabalho de Francisco de Oliveira nosso objetivo ao desenvolver a pesquisa será como se deu a integração do Rio Grande do Norte à Divisão Inter-Regional do Trabalho, privilegiando as transformações internas decorrentes dessa integração.

Pretendemos, dessa forma, contribuir para a historiografia brasileira na medida mesmo em que tencionamos contribuir para preencher uma lacuna existente nessa historiografia e que diz respeito às relações inter-regionais no Brasil.

2. O corte cronológico

O período sobre o qual se cen-

tra a pesquisa é aquele compreendido entre os anos de 1900-1915 e que caracteriza o primeiro "impulso" gerado pela articulação do Rio Grande do Norte com o polo dinâmico do país.

É a partir de 1900 que tem lugar as primeiras manifestações de que o setor agro-exportador está se expandindo, situação essa que perdura até os anos 1914-1915.

Tem início então uma conjuntura desfavorável à cotonicultura nordestina: a devastação causada pela praga da "lagarta rosada" são somados os efeitos da grande seca de 1915. Novos fatores em jogo a partir desse período como a eclosão da primeira guerra mundial; o aumento dos preços do algodão a partir de 1917, que se mantém altos por toda a década de vinte; o crescimento da produção paulista de algodão cuja safra em 1918-19 superou as dos demais estados produtores, permitindo que São Paulo retomasse pela primeira vez desde a década de 1870 a exportação para o exterior, situação que está na base da tendência ao autoabastecimento da indústria têxtil paulista, concretizada pós-30; todos esses novos fatores vão configurar um quadro diverso ao nível da economia do Rio Grande do Norte que foge ao interesse imediato da nossa pesquisa.



NOTAS

- (1) PRADO JR., Caio: "História Econômica do Brasil", Ed. Brasiliense, 1963, 8a. edição;
- CARDOSO DE MELLO, J. M.: "O capitalismo tardio"
- VILLELA, A. e SUZIGAN, W.: "Política de governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)", Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973;
- CARONE, E.: "A República Velha I (Instituições e Classes Sociais)", São Paulo, DIFEL, 1978;
- FAUSTO, B. (coord.): "História Geral da Civilização Brasileira", Tomo III: O Brasil Republicano, 19 vol. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, DIFEL, 4a. edição;
- CANO, W.: "Raízes da concentração industrial em São Paulo", São Paulo, DIFEL, 1977;
- WARREN DEAN: "A industrialização de São Paulo", São Paulo, Difusão Européia do Livro-EDUSP, 1971;
- SILVA, Sergio: "Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil", São Paulo, Alfa-Omega, 1976;
- STEIN JR, S.: "Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950", Rio de Janeiro, Campus, 1979;
- (2) REIS DE QUEIROZ, S. R.: "Historiografia do Nordeste". Secretaria da Cultura. Divisão de Arquivo do Estado. Coleção Monografias 2, São Paulo, 1979;
- VILELA LUZ, N.: "A História Econômica do Brasil no período 1830 a 1930: abordagens e problemas, um ensaio bibliográfico". In: PELAEZ, C.M.: "A moderna História econômica", Rio de Janeiro, APEC, 1976;
- (3) MENEZES, D.: "O Outro Nordeste. Formação Social do Nordeste", Rio de Janeiro, L. Jose Olympio Ed., 1937;
- (4) PRADO JR, C.: Op. cit., p. 280 e 265;
- (5) STEIN, S.: Op. cit., p. 57 e 109;
- (6) CARONE, E.: Op. cit., p. 73;
- (7) CANO, W.: Op. cit., p. 94;
- (8) SINGER, P.: "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana", São Paulo, Cia. Ed. Nacional;
- (9) Ibidem, p. 314;

NOTAS

(cont.)

- (10) OLIVEIRA, F. de e REICHSTUL, P.: "Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho". in: Estudos CEBRAPE nº 4, ab. maio e jun. 1973;
- (11) Ibidem, p. 148;
- (12) Ibidem, p. 150;
- (13) Ibidem, p. 148.



APROVEITE ESTA PROMOÇÃO PARA FORMAR SUA BIBLIOTECA BÁSICA

Coleção Bases

- Dez dias que abalaram o mundo - John Reed - Cr\$ 700,
- A origem do capital - A acumulação primitiva - Karl Marx - Cr\$ 360,
- O capital: Conceitos Fundamentais - Marta Harnecker - Cr\$ 600,
- A nova mulher e a moral sexual - Alexandra Kollontai - Cr\$ 350,
- As três fontes e as Três partes constitutivas do marxismo - Lenin - Cr\$ 240,
- Do socialismo utópico ao socialismo científico - Engels - Cr\$ 240,00
- A libertação da mulher - Samora Machel/A. Kollontai/Vito Kapo e outros - Cr\$ 420,
- Sobre literatura e arte - Marx/Engels - Cr\$ 330,
- Sobre a mulher - Marx/Engels/Lenin - Cr\$ 420,
- Materialismo histórico e materialismo dialético - Althusser/Badiou - Cr\$ 280,
- Trabalho assalariado e capital - Marx - Cr\$ 150,
- Salário, Preço e Lucro - Marx - Cr\$ 180,
- Imperialismo e comércio internacional - Amin/Bettelheim/Emmanuel/Palloix - Cr\$ 620,
- Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo - Lenin - Cr\$ 450,
- Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico - Marta Harnecker - Cr\$ 900,

Coleção Passado e Presente

- Guerra de guerrilhas no Brasil - Fernando Portela - Cr\$ 780,
- A guerra do Paraguai - A grande tragédia Rioplatense - León Pomer - Cr\$ 900,
- Censura política na imprensa brasileira - Paolo Marconi - Cr\$ 900,
- Os Carbonários - Memórias da guerrilha perdida - Alfredo Syrkis - Cr\$ 880,
- Lamarca, o capitão da guerrilha - Emiliano José/Oldack Miranda - Cr\$ 580,
- Se me deixam falar... - Moema Viezzer/Domitila B. Chungara - Cr\$ 650,

Coleção Realidade Brasileira (obras de Roniwalter Jatobá)

- Crônicas da Vida Operária - Cr\$ 180,
- Filhos do Medo (romance) - Cr\$ 290,
- Crônicas Nordestinas (Sabor de Quimica) - Cr\$ 300,

Coleção Geopolítica e Estratégia

- O expansionismo brasileiro (A geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty) - Paulo Schilling - Cr\$ 850,
- Geopolítica. arma do fascismo - Júlio José Chiavenato - Cr\$ 300,

**PROMOÇÃO PARA PEDIDOS SUPERIORES
A CR\$ 1.500,00**

GANHE GRÁTIS: "O capital em quadrinhos" de K. Ploekinger e G. Wolfran no valor de Cr\$ 300.

**PEDIDOS À GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA.
RUA FRANÇA PINTO, 836 — CEP. 04016 C. POSTAL 45329
SÃO PAULO - S.P.**



UMA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO FORMATIVO DA CULTURA BRASILEIRA: A AÇÃO METROPOLITANA

NOÊMIA LEANDRO

O estudo tem por objetivo último investigar os principais veículos que contribuíram para a formação da cultura brasileira, no período de relação colônia-metrópole, e avaliar os reflexos de amadurecimento desta em âmbito político.

Adotando uma linguagem simples e não comprometedor, mas assumindo uma posição científica, tive de vencer obstáculos como a escassa documentação primária que versa sobre o tema. Mesmo assim, meu trabalho não se invalida, pois, para a realização de seu propósito, contei com um vastíssimo levantamento bibliográfico, de cuja leitura, análise e crítica pude definir-me quanto à estruturação do assunto a ser tratado.

A abordagem do tema praticamente tem início com a busca de um entendimento do que seja cultura. Para tanto, encaminha-se para uma linha de pensamento que parece ser uma das mais condizentes com o novo posicionamento do historiador moderno, cujo empenho atual vem sendo no sentido de relacionar cultura e natureza. Portanto, partindo de Radcliff Brown (*Estrutura Social e Socialização*, em *Educação e Sociedade*, Cia. Ed. Nacional, SP, 1966), chegou a Newton Sucupira (Froes da Fonseca et al., *Trópicos e Colonização, Nutrição..* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1969) e fez suas palavras deste ao concluir que cultura "não comporta definição formal e rigorosa e desafia a formulação de um conceito suficiente unívoco que abarque seus vários usos de todas as suas manifestações históricas essenciais".

Foi, ainda neste último, que focalizou os parâmetros a servirem de fundamento na prática de seu intento. Deste modo, reproduzindo o pensamento de Newton, afirmou:

"... em seu aspecto objetivo a cultura representa o sistema das experiências e criações de uma determinada sociedade segundo a matriz de suas possibilidades e exigências. Em sua face subjetiva é o processo de humanização, isto é, o homem só se realiza como ser cultural se apreende o sentido comunicado pelas obras culturais. Tais obras definem justamente o esforço do homem para transcender o plano da natureza e criar seu próprio mundo onde objetiva sua essência como consciência de si".

Encontrado um denominador comum em termos de definição de cultura, estabeleceu, então, um quadro analítico dos veículos culturais que mais influenciaram na formação da mentalidade do homem colonial, engajando-o no contexto político-cultural da época. Em complemento, buscando mensurar o grau de amadurecimento desta, passou a verificar os momentos em que este homem se esforçou em transcender o imposto e procurou criar componentes políticos-culturais inerentes à sua realidade.

Da delineação deste quadro, surgiu o questionamento que norteia o desenvolvimento do restante da monografia, ou seja: o despertar do homem da colônia para as coisas da terra, e portanto, de sua mentalidade, deveu-se mais à ação da própria metrópole, à qual coube a responsabilidade do transplante da cultura lusitana para o Brasil, ou a outros elementos exógenos a este processo de translatado; e, ainda, como se geraram, simultaneamente, os procedimentos políticos-culturais típicos da colônia, culminando com uma conscientização que conduziu à emancipação brasileira em 1822.

Com base nesse questionamento resultaram as premissas que possibilitaram a elaboração dos capí-

tulos componentes da monografia, aos quais dedicaremos breves comentários.

O capítulo I tem por finalidade examinar, em passant, a participação da Corte portuguesa na formação do processo cultural brasileiro, que por encontrar-se em Portugal o fez indiretamente através do colonizador e dos jesuítas. Com esses elementos o processo cultural lusitano era implantado na colônia e permaneceu fechado até que os reflexos de modernização pombalina em terras do Brasil provocou uma pequena fenda nesse processo. A partir de então, nos esforçamos em evidenciar a penetração de outras influências estrangeiras, interferindo, de modo significativo, na forma de pensar do homem colonial. Grande realce é dado também ao papel da Universidade de Coimbra na formação de jovens brasileiros que para lá se encaminhavam.

Feita a exposição dos fatos, somos encaminhados para uma dedução final: nesta fase que abrange os descobrimentos até o século XVIII, a ação portuguesa, em termos culturais, é vista de forma negativa, quer por razões do próprio sistema colonial, quer pela defasagem de Portugal em relação à modernidade européia.

O capítulo II, enfocando especialmente o século XIX, em oposição ao anterior, fala-nos de uma verdadeira implosão cultural que ocorreu, sobretudo, com a vinda da família real para o Brasil. Novamente a Corte é posta em julgamento só que agora com uma variante: avalia-se a ação direta desta na colônia.

A elucidação dada leva a concluir que, apesar de romper o bloqueio cultural da colônia, permitindo-lhe as mais diversas formas

de relacionamento com o exterior, a ação desta também ficou a desejar. Na verdade, a Corte só implantou em terras brasileiras o estritamente necessário para tornar o país digno de recebimento de um pessoal de alto nível. Porém, tal fato provocou a abertura suficiente para que o homem colonial voltasse os olhos para uma França intelectualizada, para uma Inglaterra industrializada, para um Estados Unidos revolucionário e liberto, servindo-lhe de exemplo.

O terceiro, e último capítulo, cerne da monografia, é o produto de uma atitude menos descritiva e mais interpretativa. Passamos a mensurar o amadurecimento do homem colonial de acordo com as alterações provocadas no processo cultural imposto ao Brasil. Sem uma documentação específica, inexistente em arquivos brasileiros, sem poder contar com a produção literária da época, a qual era censurada, nos utilizamos do único instrumento de análise disponível: as rebeliões coloniais. Estas aparecem na monografia como os indicadores que permitem avaliar a formação e aparcimento da mentalidade brasileira, e, por conseguinte, do processo de nacionalização do país. Em outras palavras, de simples manifestações contra as opressões metropolitanas, caracterizadas pelo isolamento e pela ausência de ideologia, transformaram-se em rebeliões contra o pacto colonial, imbuídas então de princípios filosóficos advindos de uma elite em minoria, mas participante.

Finalizando, retomaremos pontos conclusivos esboçados no decorrer dos capítulos e que respondem ao questionamento que motivou o estudo. Assim, fica evidenciado que a metrópole portuguesa, ao contrário da inglesa e mesmo da espanhola, não só emperrou dentro do país

sível o desenvolvimento do processo cultural brasileiro, na fase em questão, como também retardou o quanto pode os principais instrumentos (imprensa, universidades...) que a tornariam emancipada. Foi por meio de outros contactos que o homem colonial brasileiro conseguiu assimilar novidades e extra-

polar para uma realidade toda sua.

Pelo exposto, resta-nos realçar que a monografia em questão prima-se não pelo ineditismo, mas por uma forma de abordagem diferente e por deixar em aberto vários caminhos que ficam à espera de investigações mais aprofundadas.



ARTIGO

A DELINQUÊNCIA ACADÊMICA*

MAURÍCIO TRAGTEMBERG

* Texto apresentado no I Seminário de Educação Brasileira, originalmente publicado na Revista "Educação e Sociedade", nº 3

O tema é amplo: a relação entre a dominação e o saber, a relação entre o intelectual e a universidade como instituição dominante ligada à dominação, a universidade de antipovo.

A universidade está em crise. Isso ocorre porque a sociedade está em crise; através da crise da universidade é que os jovens funcionam detectando as contradições profundas do social, refletidas na universidade. A universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação. Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber "objetivo", acima das contradições sociais.

No século passado, período do capitalismo liberal, ela procurava formar um tipo de "homem" que se caracterizava por um comportamento autônomo, exigido por suas funções sociais: era a universidade de liberal humanista e mandarinesca. Hoje, ela forma a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito, forma os aplicadores de legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de "um complot de belas almas" recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for.

Na instância das faculdades de educação, forma-se o planejador tecnocrata a quem importa discutir os meios sem discutir os fins da educação, confeccionar reformas educacionais que na realidade são verdadeiras "restaurações". Formando o professor-policial, aquele que supervaloriza o sistema de exames, a avaliação rígida do aluno, o conformismo ante o saber professoral. A pretensa criação do conhecimento é substituída pelo controle sobre o pouco conhecimento produzido pelas nossas universidades, o controle do meio transforma-se em fim, e o "campus" universitário cada vez mais parece um universo concentracionário que reúne aqueles que se originam da classe alta e média, enquanto professores, e os alunos da mesma extração social, como "herdeiros" potenciais do poder através de um saber míngado, atestado por um diploma.

A universidade classista se mantém através do poder exercido pela seleção dos estudantes e pelos mecanismos de nomeação de professores. Na universidade mandarinal do século passado o professor cumpria a função de "cão de guarda" do sistema: produtor e reproduzidor da ideologia dominante, chefe de disciplina do estudante. Cabia à sua função professoral, acima de tudo, inculcar as normas de passividade, subserviência e docilidade, através da repressão pedagógica, formando a mão-de-obra para um sistema fundado na desigualdade social, a qual acreditava legitimar-se através da desigualdade de rendimento escolar; enfim, onde a escola "escolhia" pedagogicamente os "escolhidos" socialmente.

A transformação do professor "cão de guarda" em "cão pastor" acompanha a passagem da universidade de pretensamente humanística e mandarinesca à universidade tecnocrática,

onde os critérios lucrativos da empresa privada funcionam para a formação das fornadas de "colarinhos brancos" rumo às usinas, escritórios e dependências ministeriais. É o mito da assessoria, do posto público, que mobiliza o diplomado universitário.

A universidade dominante reproduz-se mesmo através dos chamados "cursos críticos", em que o juízo professoral aparece hegemônico ante os dominados: os estudantes. Isso se realiza através de um processo que chamarei de "contaminação". O curso catedrático e dogmático transforma-se num curso magisterial e crítico; a crítica ideológica é feita nos chamados "cursos críticos", que desempenham a função de um tranqüilizante no meio universitário. Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrika de boa consciência e delinquência acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da crítica - crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico. Watson demonstrou como, nas ciências humanas, as pesquisas em química molecular estão impregnadas de ideologia. Não se trata de discutir a apropriação burguesa do saber ou não-burguesa do saber, mas sim a destruição do "saber institucionalizado", do "saber burocratizado" como o único "legítimo". A apropriação universitária (atual) do conhecimento é a concepção capitalista de saber, onde ele se constitui em capital e torna a forma nos hábitos universitários.

A universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que

transmite, mas pelos servos que ela forma. Esse modo de produção determina o tipo de formação através das transformações introduzidas na escola, que coloca em relação mestres e estudantes. O mestre possui um saber inacabado e o aluno uma ignorância transitória, não há saber absoluto nem ignorância absoluta. A relação de saber não institui a diferença entre aluno e professor, a separação entre aluno e professor opera-se através de uma relação de poder simbolizada pelo sistema de exames - "esse batismo burocrático do saber". O exame é a parte visível da seleção; a invisível é a entre vista, que cumpre as mesmas funções de "exclusão" que possui a empresa em relação ao futuro empregado. Informalmente, docilmente, ela "exclui" o candidato. Para o professor, há o currículo visível, publicações, conferências, traduções e atividade didática, e há o currículo invisível - esse de posse da chamada "informação" que possui espaço na universidade, onde o destino está em aberto e tudo é possível acontecer. É através da nomeação, da cooptação dos mais conformistas (nem sempre os mais produtivos) que a burocracia universitária reproduz o canal de professores. Os valores de submissão e conformismo, a cada instante exibidos pelos comportamentos dos professores, já constituem um sistema ideológico. Mas, em que consiste a delinquência acadêmica?

A "delinquência acadêmica" aparece em nossa época longe de seguir os ditames de Kant: "Ouse conhecer". Se os estudantes procuram conhecer os espíritos audazes de nossa época, é fora da universidade que irão encontrá-los. A bom da verdade, raramente a audácia caracterizou a profissão acadêmica. É a razão pela qual os filósofos da revolução francesa se autodenominavam de "intelectuais"

e não de "acadêmicos". Isso ocorre porque a universidade mostrava-se hostil ao pensamento crítico avançado. Pela mesma razão, o projeto de Jefferson para a Universidade de Virgínia, concebida para produção de um pensamento independente da Igreja e do Estado (de caráter crítico), fora substituído por uma "Universidade que mascarava a usurpação e monopólio da riqueza, do poder". Isso levou os estudantes da época a realizarem programas extracurriculares, onde Emerson fazia-se ouvir, já que o obscurantismo da época impedía sua entrada nos prédios universitários, pois contrariava a Igreja, o Estado e as grandes "corporações", a que alguns intelectuais cooptados pretendem que tenham uma "alma". (1)

Em nome do "atendimento à comunidade", serviço público", a universidade tende cada vez mais à adaptação indiscriminada a quaisquer pesquisa a serviço dos interesses econômicos hegemônicos; nesse andar, a universidade brasileira oferecerá disciplinas como as existentes na metrópole (EUA): cursos de escotismo, defesa contra incêndios, economia doméstica e datilografia em nível de secretariado, pois já existe isso em Cornell, Wisconsin e outros estabelecimentos legitimados. O conflito entre o técnico e o humanismo acaba em compromisso, a universidade brasileira se prepara para ser uma "multiversidade", isto é, ensina tudo aquilo que o aluno possa pagar. A universidade, vista como prestadora de serviços, corre o risco de enquadrar-se numa "agência do poder", especialmente após 68, com a Operação Rondon e sua aparente democratização, só nas vagas; funciona como tranquilidade social. O assistencialismo universitário não resolve o problema da terra.

A universidade brasileira, nos últimos 15 anos, preparou técnicos que funcionaram como juizes e promotores, aplicando a Lei de Segurança Nacional, médicos que assinavam atestados de óbito mentirosos, zelosos professores de Educação Moral e Cívica garantindo a hegemonia da ideologia da "segurança nacional" codificada no Pentágono.

O Pentágono significativo a ser colocado é o nível de responsabilidade social dos professores e pesquisadores universitários. A não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de "delinquência acadêmica" ou da "traição do intelectual". Em nome do "serviço à comunidade", a intelectualidade universitária se tornou cúmplice do genocídio, espiagem, engano e todo tipo de corrupção dominante, quando domina a "razão de Estado" em detrimento do povo. Isso vale para aqueles que aperfeiçoam secretamente armas nucleares (M.I.T.), armas químico-biológicas (Universidade da Califórnia, Berkeley), pensadores inseridos na Rand Corporation, como aqueles que, na qualidade de intelectuais com acreditativo, funcionam na censura, na aplicação da computação com fins repressivos em nosso país. Uma universidade que produz pesquisas ou cursos a quem é apto a pagá-los perde o senso da discriminação ética e da finalidade social de sua produção - é uma multiversidade de que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda, isso coberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto.

Já na década de 30, Frederic Lilje (2) acusava a tradição universitária alemã da neutralidade acadêmica de permitir aos universitários alemães a felicidade de

um emprego permanente, escondendo a si próprios a futilidade de suas vidas e seu trabalho. Em nome da "segurança nacional", o intelectual acadêmico despe-se de qualquer responsabilidade social quanto ao seu papel profissional, a política das "panelas" acadêmicas de corredor universitário e a publicação a qualquer preço de um texto qualquer, se constituem no metro para medir o sucesso universitário. Nesse universo não cabe uma simples pergunta: o conhecimento a quem e para que serve? Enquanto esse encontro entre educadores, sob o signo de Paulo Freire, enfatiza a responsabilidade social do educador, da educação não confundida com inculcação, a maioria dos congressos acadêmicos universitários serve de "mercado humano", onde entram em contato pessoas e cargos acadêmicos a serem preenchidos, parecidos aos encontros entre gerentes de hotel, em que se trocam informações sobre inovações técnicas, revê-se velhos amigos e se estabelecem contatos comerciais.

Estritamente, o mundo da realidade concreta é sempre muito generoso com o acadêmico, pois o título acadêmico torna-se o passaporte que permite o ingresso nos escalões superiores da sociedade: a grande empresa, o grupo militar e a burocracia estatal. O problema da responsabilidade social é esca moteado, a ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia, fazê-se apolítico, isto é, serve à política do poder.

Diferentemente, constitui, como um legado da filosofia racionalista do século XVIII, uma característica do "verdadeiro" conhecimento o exercício da cidadania do soberano direito de crítica questionando a autoridade, os privilégios e a tradição. O "serviço público" prestado por esses filóso-

fos não consistia na aceitação indiscriminada de qualquer projeto, fosse destinado à melhora de colheitas, ao aperfeiçoamento do genocídio de grupos indígenas a pretexto de "emancipação" ou políticas de arrocho salarial que converteram o Brasil no detentor do triste "record" de primeiro país no mundo em acidentes de trabalho. Eis que a propaganda pela segurança no trabalho omitida pelas agências oficiais não substitui o aumento salarial.

O pensamento está fundamentalmente ligado à ação. Bergson sublinhava no início do século a necessidade de o homem agir como homem de pensamento e pensar como homem de ação. A separação entre "fazer" e "pensar" se constitui numa das doenças que caracterizam a delinquência acadêmica - a análise e discussão dos problemas relevantes do país constitui um ato político, constitui uma forma de ação, inerente à responsabilidade social do intelectual. A valorização do que seja um homem culto está estritamente vinculada ao seu valor na defesa de valores essenciais de cidadania, ao seu exemplo revelado não pelo seu discurso, mas por sua existência, por sua ação.

Ao analisar a "crise de consciência" dos intelectuais norte-americanos, que deram o aval "a escadada" no Vietnã, Horowitz notara que a disposição que eles revelaram no planejamento do genocídio estava vinculada à sua formação, à sua capacidade de discutir meios sem nunca questionar os fins, a transformar os problemas políticos em problemas técnicos, a desprezar a consulta pública, preferindo as soluções de gabinete, consumando o que definiríamos como a traição dos intelectuais. É aqui onde a indignidade do intelectual substitui a dignidade da inteligência.

Nenhum preceito ético pode substituir a prática social, a prática pedagógica.

A delinquência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua produção cede lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, onde "administrar" aparece como sinônimo de vigiar e punir - o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos, como diria Lima Barreto em "Cenitério de Vivos".

A alternativa é a criação de canais de participação real de pro-

fessores, estudantes e funcionários no meio universitário, que oponham-se à esclerose burocrática da instituição.

A autogestão pedagógica teria o mérito de devolver à universidade um sentido de existência, qual seja: a definição de um aprendizado fundado numa motivação participativa e não no decorar determinados "clichês", repetidos semestralmente nas provas que nada provam, nos exames que nada examinam, mesmo porque o aluno sai da universidade com a sensação de estar mais velho, com um dado a mais: o diploma acreditativo que em si perde valor na medida em que perde sua raridade.

A participação discente não se constitui num remédio mágico aos males acima apontados, porém, a experiência demonstrou que a simples presença discente em colegiados é fator de sua moralização.



GRAMSCI, A QUESTÃO MERIDIONAL E O FASCISMO: uma abordagem historiográfica

ENRIQUE PEREGALLI

"A questão camponesa está na Itália historicamente determinada"

Antonio Gramsci
("Alguns temas da questão meridional")

Crespi e o Partido da Ação, sem apoiar-se especificamente em nenhuma classe social, utilizaram-se de um "jacobinismo retórico" para agitar a bandeira da "unidade italiana". Na verdade, este processo foi guiado pelos Moderados, grupo social homogêneo sem grandes oscilações, dirigidos pelos "intelectuais condensados": latifundiários e industriais autôres apresentavam-se no cenário político.

Quebrando os mercados locais, abolindo alfândegas internas, impondo tarifas protecionistas, unificando os impostos, estendendo a Lira como moeda única, criando a rede ferroviária, criaram-se as condições para o desenvolvimento industrial do norte, sob o nome da unidade italiana.

O sul teve condições de efetuar uma acumulação de capitais após o ano de 1850, aplicando uma política de baixos salários, estagnação dos preços dos gêneros alimentícios, alargamento do mercado de trabalho, restrições ao consumo e incentivos à poupança.

A crise agrícola de 1880 favoreceu os investimentos de capitais no surto industrial do norte, mas esta acumulação foi insuficiente para criar uma indústria nacional.

O norte não se industrializou mediante uma evolução interna, mas sim pela implantação de uma grande indústria (fundamentalmente siderurgia e metalurgia) através da abertura da Itália ao capital estrangeiro, sob a liderança alemã.

Historiadores contemporâneos fizeram o que Gramsci não tinha condições de realizar: pesquisas empíricas que delimitassem o conceito do sul agrário e do norte industrial. Não há dúvidas que nos primeiros decênios da unificação, a indústria têxtil ligada à agricultura -principalmente o canhamo- representou na Itália meridional uma atividade de primeira importância para as populações do campo.

Ao mesmo tempo que se promovia a acumulação de capitais, pacificava-se o mezzogiorno, criando-se o mito da terra fácil na aventura colonial sobre a Etiópia; colonialismo "emocional e retórico": a Itália não tinha as mínimas condições infra-estruturais para tal empreendimento. Apesar de desviar capitais, foi o preço pago para a continuação do projeto de unidade italiana.

OS "BLOCOS" DO PODER

Giolitti (1903-1913) procurou construir um bloco capitalista-operário contra as forças agrárias, tentativa que terminou por converter-se num obstáculo para o próprio desenvolvimento do capitalismo na Itália.

O Partido Socialista se transformara num instrumento da política giolittina, política reformista em relação aos salários e à liberdade sindical, continuadora da centralização administrativa e do protecionismo alfandegário.

O P.S. incorporou a ideologia burguesa, não se apresentando como uma classe que devia dirigir o operários e camponeses, aceitando que os meridionais fossem biologicamente inferiores.

Este entrave político ao capitalismo foi eliminado após 1910, quando se estruturou uma nova aliança

entre burguesia e católicos, com ideologia que aglutinava os representantes camponeses da Itália setentrional e central. As tensas relações existentes entre o Estado italiano e o Vaticano, resultado da expropriação de seus extensos latifúndios em 1876, tranquilizaram-se.

O Bloco Agrário foi formado por uma grande massa de camponeses amorfa e desagregada, unida aos intelectuais da pequena e média burguesia e os grandes proprietários.

Estes intelectuais -geralmente proprietários de pequenas parcelas de terra- serviram como nexo entre o proprietário rural e a massa camponesa. Fornecendo a maior parte do pessoal estatal, também se constituíram em intermediários entre os camponeses e a administração central.

Ao mesmo tempo que os "representavam", assimilaram uma ânsia reversão pelo camponês trabalhador; ficaram com medo frente à sua pobreza e à sua violência destruidora.

Os grandes proprietários centralizaram e dominaram o campo político e o campo ideológico, impedindo que as rachaduras do bloco agrário se tornassem perigosas, a ponto de provocar seu desmoronamento.

Mas a guerra introduziu um novo elemento no Mezzogiorno: os ex-combatentes da primeira guerra mundial, camponeses-soldados e intelectuais-oficiais, calculados em uns 160.000.

O FASCISMO: DISCUSSÃO
HISTORIOGRÁFICA (Otto Bauer,
Maccocchi e Paul Sweezy)

Estes autores concordam que o fascismo é um fenômeno de pós-guerra.

Concordam que nesta época existia um equilíbrio de forças: a burguesia não era capaz de impor sua vontade, e o proletariado não conseguia libertar-se do domínio burguês.

Para Bauer, o "comportamento fascista" começou nos "despossuídos" (los desclasados), homens de todas as classes que a guerra privou de sua vida burguesa. Criaram então um sentimento de frustração anti-democrática por uma República que nada fez por eles, um sentimento frente aos grandes capitalistas que se aproveitaram da guerra para enriquecer-se ainda mais, uma aversão ao proletariado, que mediante o reformismo socialista conseguiu uma melhor situação econômica.

Seu grito de vingança uniu-se ao nacionalismo de uma intelectualidade que abandonou as esperanças democráticas. Esta intelectualidade de pequeno-burguesa colocou os "despossuídos" em contato com a classe média, setor mais prejudicado pela crise econômica de pós-guerra, de pouca coerência e resistência. O perigo da proletarianização os assustava.

Junto com camponeses na miséria formaram as milícias fascistas paramilitares que quebraram a espinha dorsal do movimento operário: seus sindicatos, suas greves, seus jornais... A aguda crise econômica levou as massas ao fascismo, abandonando os partidos tradicionais. Os fascistas romperam o equilíbrio a favor do capitalismo.

Para Sweezy, o fascismo é um fenômeno típico da classe média, ausência do apoio popular, atraindo os chamados "lumpemproletariados" e a "juventude de todas as classes que vêem na sua frente parcas oportunidades de uma carreira normal".

Por sua vez, Macciocchi faz referência a duas instâncias sucessivas: um fascismo agrário reelaborado pela pequena burguesia. Seu fascismo acompanha algumas idéias elaboradas por Gramsci: utilização dos ex-combatentes nas brigadas Sassani para reprimir os proletários de Turim, aversão do burgues pelo trabalhador camponês... Os ex-combatentes passariam a formar parte das milícias fascistas, utilizadas para expulsar camponeses das terras do sul da Itália, reaproveitados no norte para reprimir movimentos operários.

Para Bauer, existiria um processo na ascensão do fascismo: as milícias fascistas foram utilizadas para acabar com a organização proletária. Conseguindo o apoio das massas, assumiram o poder, ultrapassando o controle capitalista sobre o movimento. Uma vez no poder, extirparam o utópico capitalismo pequeno-burguês.

Sweezy colocou a pequena burguesia aliada ao capital monopolista, cumprindo dois objetivos: estabelecer um estado forte e dominar a classe operária, ao mesmo tempo que tentava ampliar seu "espaço vital" às expensas das potências capitalistas rivais.

Os expurgos apontados por Bauer não seriam mais que representações das contradições internas do capitalismo. Pense-se na elimi-

nação da SA pela SS. A economia de guerra, em íntima relação com a expansão militante fascista, exigia o abandono do ideal pequeno-burguês em benefício de outros setores capitalistas.

O fascismo de Sweezy se esvia a medida que nos separamos da Alemanha e da Itália. Macciocchi afirma o contrário: a ideologia fascista anda solta pelo mundo, "ainda que não se concretize sob a forma de direção".

Faltaria justificar o discurso de Gramsci, interlacionando seus textos com a luta anti-fascista; discutir "seu momento político" e as circunstâncias históricas que o levaram a plantear a questão meridional, e ainda, quais foram as relações entre as frações políticas do P.P., do P.S.I. e do P.C.I. com as questões do sul, face ao advento do fascismo.



Gramsci

O QUE É FASCISMO ?		
BAUER	MACCIOCCHI	SWEEZY
Ideologia pequeno-burguesa utilizada e financiada pelos capitalistas e grandes proprietários.	Ideologia de massa pequeno-burguesa, alimentada pelo bloco industrial e proprietários de terras.	Movimento pequeno-burguês aliado ao capital monopolista.

BIBLIOGRAFIA

GRAMSCI, Antonio: *"El 'Risorgimento'",* Buenos Aires, Ed. Granica, 1974

BAUER, Otto e outros: *"Fascismo e Capitalismo",* Barcelona, Gráf. Diamante, 1972

SWEEZY, Paul: *"Fascismo",* in *"Teoria do desenvolvimento capitalista",* Rio de Janeiro, Zahar, 1976

MACCIOCCHI, Maria Antonieta: *"A favor de Gramsci",* Ed. Paz e Terra, 1980

SERENI, Emilio: *"Il capitalismo nelle campagne (1860-1900)",* Torino, Giulio Einaudi editore, 1968.



A RELAÇÃO EMPREGADOR- EMPREGADO VISTA PELO PRISMA DO EMPREGADOR NO PERÍODO POSTERIOR A 1964

JEAN-CLAUDE EDUARDO SILBERFELD

A partir de 1930 dá-se a transformação do Brasil de um país agrícola de economia nitidamente subdesenvolvida e colonial para a de um país industrializado, em estágio intermediário de desenvolvimento que teve reflexos imediatos na estrutura social do país. Seu sistema de estratificação social modificou-se. Novas classes surgiram (4/74).

A industrialização modificou os padrões de comportamento da população, interferiu e transformou as relações econômicas de caráter tradicional. Na classe alta, os empresários industriais apareceram para tomar seu lugar, ao lado dos grandes fazendeiros, comerciantes e banqueiros; e na classe baixa, os operários industriais e os trabalhadores urbanos em geral transformaram-se em um grupo suficientemente numeroso e significativo para se constituírem num novo setor, formando um grupo relativamente organizado com razoável poder de reivindicação (4/79-80). Assim sendo a burguesia industrial brasileira constituiu-se como camada social muito rapidamente. Resultou da superposição e diferenciação de grupos e segmentos sociais cuja "tradição industrial" não data de época remota (1/170), constituindo uma camada social recente e heterogênea.

A industrialização brasileira se processou em termos do sistema capitalista de organização econômica, no qual os empreendedores - que não são necessariamente os capitalistas - exercem parte do impulso dinâmico no sistema produtivo (1/50).

Este processo implicou, como se verifica pelas características comuns a todas as sociedades industriais, na transformação de antigas culturas (1/60). A diferenciação da estrutura social fez-se,

portanto, pela integração parcial de segmentos das populações rurais ao sistema urbano de produção, e pela ampliação do setor de "serviços", dos empregos burocráticos e técnicos ligados ao setor privado da economia que absorveram uma parcela das classes médias tradicionais e permitiram a incorporação de imigrantes e seus descendentes às camadas médias urbanas da população (1/92).

Com a revolução de 1930, criaram-se normas de reconhecimento legal dos sindicatos de empregados e de empregadores, e as regras que deveriam reger as relações entre as duas partes passaram a ser ditadas por lei cujo cumprimento seria assegurado pela maquinaria burocrática do Ministério do Trabalho. Entre trabalhadores e patrões se interpôs o Estado, sob cuja tutela ambas as partes passaram a conviver. É o Estado impondo à sociedade civil as normas não só de convivência mas também de disputa, de modo que o conflito de interesses jamais possa escapar do controle do poder público exercido pelo seu ramo judiciário (Justiça do Trabalho) e pelo seu ramo executivo (Ministério do Trabalho) - 5.3/94).

Era este o panorama que encontra o Brasil em 1964; uma estrutura sindical já embasada, um processo de industrialização em andamento e uma série de indefinições que o modelo econômico adotado pós-1964 não conseguiu delinear de forma satisfatória. As relações empregador-empregado, via sindicatos patronais e de trabalhadores da indústria, após-1964, e por um período de 14 anos, refletiram numa única preocupação do Governo Federal: que os salários com reajustes superiores aos fixados por determinação do Ministério do Trabalho não fossem incorporados aos preços de venda dos produtos in-

ustrializados. Afinal, para os governos do período em pauta, salários acima dos índices oficiais repassados seriam um fator acelerador da taxa de inflação e por tanto obstáculo ao processo de crescimento econômico.

A indústria brasileira, no seu crescimento interno, não foi acompanhada da reorganização institucional da empresa brasileira, que apenas ganhou novas dimensões, permanecendo fechada e com características familiares (2/28). É como um todo dependente do Estado: tanto no plano interno, controlando sua força de trabalho; como no externo, protegendo o mercado brasileiro da forte concorrência que teria impedido o desenvolvimento da indústria nos moldes em que ela se fortaleceu.

Foi a dependência em grau acentuado do Estado na proteção do mercado brasileiro que fez com que a indústria nacional começasse a se conscientizar da necessidade da modificação estrutural de sua administração, dando origem, principalmente naquelas de maior porte, a uma estrutura de administração profissional com administradores desvinculados do capital. Passou a estrutura de poder, na fábrica como na sociedade em geral, a organizar-se antes em função da linha de "autoridade" que na linha de "propriedade". O "Manager" aparece, enquanto "top executive" ou "head of organization", como a encarnação visível mais importante do mecanismo de controle da empresa (1/20). Paralelo a este quadro de alta organização técnica, encontra-se o padrão mais difundido de direção dos empreendimentos industriais no Brasil, que continua a basear-se na autoridade obtida pelo controle da propriedade (1/92), que exclui em regra a delegação da autoridade para pessoas de fora do círculo

familiar, o que impede a diferenciação burocrática da administração e o aproveitamento de técnicos e especialistas.

A mudança de mentalidade administrativa por parte de uma parcela poderosa dos empregadores, refletiu-se nos sindicatos patronais e foi função da ampliação do mercado brasileiro, o que possibilitou a expansão das indústrias existentes e a criação de novas, conforme as necessidades da população em geral, e em particular da urbana, de maior poder aquisitivo, que aumentava. E esta penetração de uma nova mentalidade de gestão por parte dos empregadores fez com que, progressivamente, as condições de trabalho e produtividade fossem se modificando. A preocupação dos administradores profissionais de ampliar a produtividade, impôs o oferecimento de melhores condições de trabalho, assistência e benefícios aos empregados.

Estas melhores condições oferecidas aos trabalhadores foram também consequência de todo um processo que se seguiu à recessão econômica do período 1964-1967, que na opinião dos empreendedores dos ramos da economia brasileira, foi necessária e responsável pelo surgimento de um panorama econômico que possibilitou no período de 1967-1973, uma ampliação sem precedentes do desempenho da economia e em especial do setor industrial. Em decorrência, a oferta de empregos expandiu-se a níveis superiores à demanda, alimentada pelo crescimento natural da população em condições de trabalhar, a crescer das correntes migratórias que alimentaram os centros industriais.

É neste panorama de empregos em quantidade que, na opinião dos empregadores, encontra-se um quadro

social reconfortante. Via-se que a oferta de trabalho nas empresas de capital nacional, nas empresas multinacionais, nas empresas estatais e de capital misto, era superior à procura de empregos, fazendo com que a progressão do salário mínimo da indústria, como um todo, fosse muito superior ao salário mínimo oficial.

A avaliação do salário passava a ser feita através de análises que consideravam a qualificação e a produtividade do trabalhador (1/62), e o trabalhador na procura de emprego, nos adicionais benefícios do trabalho. As maiores diferenças de renda passavam a estar associadas, então, às diferenças entre níveis de educação e a política salarial do governo, que certamente contribuiu para manter baixa a remuneração de pessoas analfabetas e com educação primária.

Em consequência deste acelerado processo de industrialização, a economia brasileira experimentou uma fase típica de aumento da desigualdade com ampla mobilidade social (2/15), que foi consequência de uma mudança quantitativa e qualitativa no processo de industrialização, fruto de uma expansão acentuada de indústria com elevado conteúdo tecnológico. Esta expansão ampliou o leque de oportunidades, criando condições de maior mobilidade social, servindo de parâmetro para avaliar de maneira mais precisa o papel da política salarial - onde para a grande maioria da força de trabalho, o salário mínimo não se tem constituído em inesorabilidade de uma vida inteira, mas sim em nível transitório de remuneração rapidamente superável com o estabelecimento de vínculos mais permanentes com o mercado de trabalho, levando à afirmação que mobilidade social é um fenômeno estreita-

mente associado às modificações do mercado de trabalho e, em especial, à ampliação das oportunidades educacionais (2/39).

Os empregadores consideram os trabalhadores da indústria, em termos de reivindicação, como uma categoria homogênea que segue as diretrizes de seus sindicatos - geralmente liderados por trabalhadores das grandes empresas, que em geral podem oferecer melhores oportunidades e condições que são diretamente proporcionais ao tamanho da indústria. É dentro da dimensão da empresa, das facilidades que ela possa oferecer, que se apresentam as dificuldades das pequenas e médias empresas de conseguir cumprir as decisões, os acordos conseguidos entre os sindicatos dos trabalhadores, mais homogêneo nas negociações que os sindicatos patronais.

A situação estrutural das pequenas e médias empresas contrasta com as grandes nos seguintes itens básicos:

- 1) Os custos de produção das pequenas e médias empresas são muito maiores do que o das grandes e,
- 2) A relação facilidades/tamanho, pois as despesas em benefícios, como por exemplo seguro saúde, são inversamente proporcionais ao número de empregados, dificultando o relacionamento e o poder de barganha com os empregados. Considerando-se este quadro de dificuldades dos pequenos e médios empregadores, vemos que estes são muito mais dependentes de medidas governamentais do que os grandes, com maiores disponibilidades de capital e em geral com uma estrutura operacional mais moderna.

Do ponto de vista dos empregados, entretanto, é unânime a idéia que os trabalhadores sempre têm tido em suas mãos, a nível individual, um certo poder de barganha conforme seu grau de especialização e experiência profissional. E que a força de influência dos sindicatos dos trabalhadores sobre seus associados sempre tem sido forte, apesar de durante 14 anos, pós-1964, não podermos ter usado do direito de greve para reivindicações, como por exemplo, o fato da manutenção da uma hora mínima para as refeições. Sobre a não existência de greves por motivos salariais são considerados como responsáveis não tanto o regime político, mas sim o fato de ter havido uma oferta de emprego a nível da demanda e as vezes acima desta. Quanto ao item rotatividade, esta teria se dado mais em função de se conseguirem melhores salários, benefícios e a possibilidade da retirada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) instituído em janeiro de 1967, do que como uma tentativa de manter os salários a níveis baixos, particularmente daqueles não especializados.

Os empresários consideram ainda que a distribuição extremamente desigual da renda antecede a 1964 e tem sua origem principal num estilo desordenado de crescimento. O homem de empresa encara simultaneamente, sem que disso tenha consciência, o objetivo do lucro e as condições sociais para sua viabilidade (1/163); afinal a ação dos empreendedores no processo de desenvolvimento econômico só pode ser analisada e compreendida como parte de um processo mais geral de mudança social (1/101), o qual depende crucialmente da obtenção do equilíbrio socialmente adequado entre Estado, capital estrangeiro e empresa privada nacional (2/14).

É neste quadro de tentativa de equilíbrio social que encontramos o Brasil nos dias que precedem a 1978, após ter passado por um período de não confrontação, imposta ou não, conforme diversos pontos de vista. Acrescida da observação da inexistência de uma "tração proletária" que dificulta a orientação do comportamento operário por valores compatíveis com a situação de classes, a origem não industrial recente dos industriais brasileiros dificulta que se orientem como empresários e que atue como classe (1/170). Encontramos, assim, uma situação na qual os próprios empregadores modificam sua maneira de ver os fatos em consequência das mudanças no panorama econômico, e que passam a se refletir dentro do sistema político e econômico do regime capitalista, do regime da livre empresa, e do regime da economia de mercado: a negociação direta empregador-empregado surge como fator integrante (5.4/90).

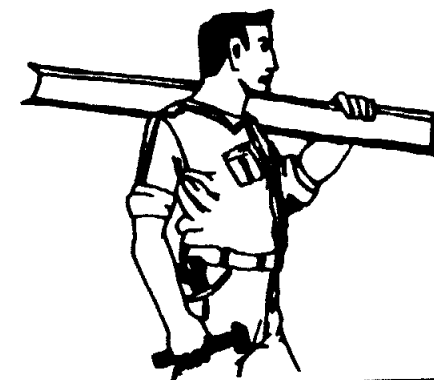
As mudanças no relacionamento e no posicionamento do empregador-empregado em função da atual conjuntura econômica, trazem seus reflexos no campo social, onde o empregador vê-se não mais no papel de ser capaz, através do lucro, de trazer uma melhor vida para seu empregado, mas sim no papel de defensor da necessidade que nem ele, nem seu empregado, sejam demasiadamente afetados pela conjuntura atual. São novos tempos onde não mais existe aquela abundância de oferta de empregos. São tempos onde empregadores e empregados passaram a ter um relacionamento mais direto, para que ambos possam se sair da crise pela qual passa a economia brasileira. O atual momento histórico trouxe um novo tipo de relacionamento empregador-empregado, que a euforia dos anos 1967-1978, não levou em consideração.

NOTAS

- 1 - Cardoso, Fernando Henrique: "Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico", São Paulo, DIFEL, 1972, 2da. edição;
- 2 - Langoni, Carlos Geraldo: "A Política Econômica do Desenvolvimento", Rio de Janeiro, FGV/APEC, 1978;
- 3 - Martins, Carlos Estevani: "Estado e Capitalismo no Brasil", São Paulo, Hucitec/CEBRAP, 1977;
- 4 - Pereira, Luiz Carlos Bresser: "Desenvolvimento e Crise no Brasil", São Paulo, Editora Brasiliense, 1977, 7ma. edição;
- 5 - "Receita: Brasil", São Paulo, Edições Veja, 1978;
- 5.1 - Langoni, Carlos Geraldo: "Desigualdade com Mobilidade", páginas 60-62;
- 5.2 - Penna, José Eduardo de Oliveira: "Bom na Economia Mau no Social", páginas 58-60;
- 5.3 - Singer, Paul Israel: "Liquidação de um velho Legado", págs: 94-96;
- 5.4 - Vidigal Filho, Luís Eulálio Bueno: "As greves sem cor Política", páginas 90-92.

ENTREVISTAS

- 1 - Ernesto Mhur - Grupo Forsa
(Realizada em 09 de fevereiro de 1981)
- 2 - Felipe Fiasco - Presidente do Sindicato das Indústrias das Resinas Sintéticas do Estado de São Paulo
(Realizada em 19 de janeiro de 1981).



PÁTRIA NOVA: POR DEUS, PELO BRASIL E PELO IMPERADOR

TERESA M. MALATIAN ROY

Entre a proclamação da República e a Revolução de 1930 verificou-se no Brasil a difusão do pensamento autoritário, que pretendia implantar a "ordem" no país. Vários foram os pensadores que se guiraram a "vertente autoritária" e concorreram, com suas idéias, para as mudanças que se efetivaram a partir de 1930 e que culminaram com o Estado Novo. Outra característica do pensamento autoritário era o nacionalismo, que aparecia ao lado da crítica ao Estado liberal-democrático implantado pela Constituição de 1891 e que se traduzia, na prática, pelo domínio das oligarquias.

No final da década de 1920 surgiu um grupo político que expressou essas idéias nacionalistas e autoritárias e se manteve atuante até 1937: a Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Inspirada numa filosofia política conservadora, a AIPB visava instaurar uma nova monarquia no Brasil.

Estabelecer as estruturas e o significado do movimento patriano vista foi objeto de estudo realizado em 1978 (1). Procurou-se nele situar o Patrianovismo em relação ao Catolicismo, delinear seu ideário, historiar a fundação, a organização e a expansão do movimento, verificar as relações mantidas com D. Pedro Henrique de Orléans e Bragança (aceito pelo grupo como herdeiro presuntivo do trono brasileiro) e as tentativas de aproximação do poder.

Arquivos particulares forneceram a maior parte das fontes utilizadas nessa pesquisa, as quais incluem correspondência, jornais, revistas, atas, volantes e boletins de propaganda. Para comple-

1) Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Dissertação de Mestrado apresentada à FUC de São Paulo em novembro de 1978.

mentar as informações obtidas nessa documentação, foram realizadas entrevistas de História Oral com antigos militantes da AIPB.

Verificou-se que a AIPB, idealizada por Arlindo Veiga dos Santos, se insere no movimento de renovação do Catolicismo e que resultou na fundação da revista A Ordem e do Centro D. Vital. Buscando a "recatolização da sociedade brasileira", os patrianovistas se propuseram defender a "ordem" católica, que era ao mesmo tempo uma ordem da contra-revolução, anti-liberal e conservadora. Nesse sentido, a AIPB se insere na chamada reação espiritualista dos anos 1920-30, que, inspirada nas encíclicas de Leão XIII, propunha a religião como a base para a organização da sociedade.

Fundado em 1928 por um grupo de jovens intelectuais católicos, formados pela Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo e quase todos membros da Congregação Mariana de Santa Ifigênia, o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova pretendia realizar estudos sobre os problemas nacionais. Depois de breve aproximação com a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que foi o início da Ação Integralista Brasileira, os patrianovistas seguiram rumo próprio. A identidade do ideário dos dois movimentos, o Patrianovista e o Integralista, não foi suficiente para manter a união dos dois grupos. Afastando-se da SEP, onde dominavam os "plinistas", os patrianovistas acabaram fundando a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, por volta de 1932. Já então haviam elaborado um ideário e estabelecido centros de propaganda em várias regiões do país. Essa mudança representou também uma guinada nos objetivos dos patrianovistas, que passaram a perseguir declaradamente a meta de

"promover, pelos processos legais, a instauração do Império Orgânico Brasileiro" (2).

Quanto ao ideário patrianovista, seus pontos básicos estão explicitados neste texto:

"Somos Pátria-Nova, extrema-direita radical e violenta, afirmadores de Deus e sua Igreja, afirmadores da Pátria Imperial e Católica, inimigos irreconciliáveis e intolerantes do burguesismo, plutocratismo e capitalismo materialista, ateu, gozador, explorador, internacionalista, judaizante e maçonzante; inimigos da República, dos partidos, do parlamentarismo, em suma do liberalismo religioso, político e econômico; em fim, tão inimigos também da anarquia bolchevista que com erros igualmente grandes pretende em vão 'corrigir' a tirania da burguesia liberal, como inimigos da ordem social mentirosa, instalada em quase todo o mundo" (3).

A leitura do discurso patrianovista demonstra que dois elementos sustentam esse ideário: o catolicismo e o nacionalismo. Do catolicismo decorria o acatamento à orientação dada pelo Vaticano em questões de política e economia. O autoritarismo e a defesa do princípio da ordem visavam eliminar as forças consideradas desagregadoras da sociedade. Geravam também uma crítica radical à República liberal-democrática, cuja falência se evidenciava, na década de 1920, pelas questões sócio-econômicas e pelas revoltas tenentistas. Nesse sentido, os patrianovistas acreditavam na necessidade da contra-revolução que além de garantir a "ordem", restaurasse, mediante o trono e o altar, a

2) Estatutos da AIPB, art. 39

3) O Clarim da Pátria-Nova, volante, s/d

sociedade ideal que a República destruíra. Embora negassem um propósito simplesmente restaurador, os patrianovistas faziam do seu programa salvacionista, de certo modo, uma volta ao passado, expressa no apego à tradição e na valorização do Brasil-Império.

Por outro lado, o ideário patrianovista mostra-se bastante integrado às preocupações da época, como se pode verificar pela amplitude do debate sobre os problemas sociais que a documentação revela. A solução proposta - o corporativismo - pretendia resolver os conflitos entre o capital e o trabalho sem alterar a estrutura capitalista.

Quanto ao nacionalismo, aparece no ideário patrianovista como valorização da "raça" brasileira. Sem enveredar pela exaltação chauvinista, gerava, porém, xenofobia e anti-judaísmo, este último associado à contra-revolução e ao anticomunismo. A "brasilidade" do ideário patrianovista adquire ainda conotações de nacionalismo econômico e cultural.

Por volta de 1932 foi criada a Guarda Imperial Patrianovista, milícia que se afirmava somente defensiva (contra comunistas) e que parece ter obedecido ao modismo da época. Era formada pelos "camisas brancas" que usavam como distintivo uma cruz setada e a saudação "Glória".

Com o príncipe D. Pedro Henrique os patrianovistas parecem ter mantido laços pouco estreitos, de leve recebendo discreto apoio.

Amplamente difundido no Brasil, o Patrianovismo se apresenta como movimento pouco denso, que não conseguiu mobilizar multidões. Alas trouxe-se de maneira irregular, predominando no Sul do país. As difi-

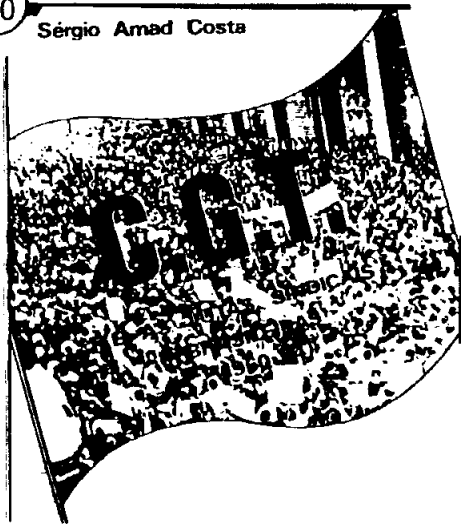
culdades de comunicação entre os núcleos, o personalismo dos dirigentes, a propaganda deficiente, a falta de recursos financeiros e de organização impediram maior expansão do Patrianovismo e esvaziaram-no por volta de 1936

A implantação do III Império cristão, autoritário, corporativo e nacionalista foi tentada de forma pacífica, através da propagan-

da. Essa estratégia, que se encaixava nos parâmetros do respeito à ordem instituída, não foi, porém, eficaz. Daí alguns membros do movimento tentarem, através do processo eleitoral, atingir o poder, no que tiveram algum êxito a nível municipal. Êxito que não parece ter rendido dividendos à AIPB, que acabou aplaudindo as medidas e o Estado Novo, identificando-se com ele.



RESENHA

O
C.G.T.E AS LUTAS SINDICAIS
BRASILEIRAS
(1960-64)

"O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960 - 64)" é resultado de pesquisas que Sérgio Amad Costa vem desenvolvendo sobre o movimento operário brasileiro, desde que iniciou seus estudos universitários.

A idéia de sua elaboração surgiu quando o autor se voltou para a História das lutas sindicais - que ocorreram nos primeiros anos da década de 60 - e verificou a inexistência de trabalhos que versassem exclusivamente sobre o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores).

Para a concretização do ineditismo da tarefa, passou a consultar vários arquivos e bibliotecas nos quais teve a oportunidade de examinar os principais jornais da grande imprensa, periódicos sindicais, revistas e livros especializados, que propiciaram subsídios imprescindíveis para uma melhor compreensão do movimento sindical brasileiro e do CGT, no início dos anos 60. Na parte introdutória do seu trabalho, o autor salienta que "além de recorrer a esses materiais, utilizei, como objeto de estudo, livros que examinam de modo preponderante o assunto e que facilitaram o entendimento de muitos dos documentos que tive em mãos", esquecendo-se de mencionar, contudo, o tipo e o local desta documentação, deixando, assim, insatisfeita a curiosidade do leitor. Este pequeno senão naturalmente, não invalida a seriedade da pesquisa do jovem estudioso, que nela teve a mesma felicidade dos versos de Bertold Brecht - apropriadamente inseridos na folha de rosto do livro:

"Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Mas ninguém diz violentas
As margens que o comprimem"

Dividido em quatro partes, o livro procura mostrar a História do Comando Geral dos Trabalhadores e as lutas sindicais brasileiras nos anos 1960-64, apresentando o comportamento das classes trabalhadoras, em suas aspirações fundamentais, frente aos problemas das Sociedades Civil e Política naquele momento histórico.

A primeira parte, "Observações sobre o sindicalismo brasileiro", apresenta, dentro de um quadro geral, o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, ressaltando o seu surgimento, a estrutura sindical oficial e as organizações horizontais que precederam o CGT. De forma objetiva, focaliza-se aí a influência dos anarquistas sobre a nascente classe operária brasileira, no início do nosso século, através de trabalhadores oriundos de países cuja economia era baseada na pequena empresa e onde floresciam as idéias de Proudhon, Bakunin e Kropotkin, bem como o processo de redução das organizações anarquistas com a ascendência dos comunistas junto ao movimento operário.

A estrutura sindical oficial vigente no Brasil não é recente, tendo suas origens no Decreto nº 19.770, de março de 1931, conhecido como "Lei de Sindicalização", imposto pelo governo Vargas às organizações de trabalhadores e que teve o caráter desmobilizador frente ao avanço do movimento operário.

A "Lei de Sindicalização", lembra Sérgio Amad Costa, "gerou as bases necessárias para a instauração da estrutura sindical vertical e subordinada ao Estado, consolidada, em 1939, com a instituição do Enquadramento Sindical, mediante a promulgação do Decreto-Lei nº 1.402, que passou a exigir, para o reconhecimento de uma categoria, a aprovação prévia por uma Comissão de Enquadramento Sindical, diretamente vinculada ao Ministério do Trabalho. Ainda naquele mesmo ano, foi criado o imposto sindical - hoje denominado Contribuição Sindical - que é o recolhimento compulsório pelo assalariado do equivalente a um dia de trabalho por ano (...). A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada por Getúlio Vargas, em 19 de maio de 1943, concretizou a sistemática desta legislação social que veio sendo criada desde 1930" (p. 23).

Até nossos dias, no fundamental, essa legislação em nada foi alterada, mantendo o caráter corporativista herdado do Estado Novo, coibindo legalmente a formação de organizações sindicais autônomas e horizontais, como a Central Sindical.

Apesar de toda a rigidez desta legislação específica, como podemos verificar na atraente leitura deste livro, a classe trabalhadora procurou pôr fim à estrutura sindical vertical, principalmente no pós-Estado Novo, com o surgimento, durante os anos 1945-64, de várias organizações autônomas e horizontais, que representavam as bases dos sindicatos.

As primeiras destas organizações foram o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), criado em 1945, e a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, formada em 1946, ambas vetadas pelo governo Dutra, em 1947. Na década de cinquenta, constituíram-se vários Pactos de Unidade Inter-Sindical, que atuaram em diversas regiões do País.

Mas é no início dos anos 60 que se forma o Comando Geral dos Trabalhadores, aglutinando durante seu curto período de existência, cinco das seis confederações então existentes.

Na segunda parte de "O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (60-64)".

é abordada a formação do Comando Geral dos Trabalhadores, abrangendo desde o III Congresso Sindical Nacional (agosto de 1960), até o IV Encontro Sindical Nacional (agosto de 1962), quando se dá a constituição "oficial" do CGT.

O IV Encontro Sindical Nacional realizado em São Paulo, nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 1962, contou com a presença de 574 entidades sindicais e 2.566 delegados credenciados de todos os Estados. Utilizando-se de dados extraídos da Revista de Estudos Sócio-Econômicos do DIEESE, Sérgio Amad Costa apresenta, com precisão, as entidades e o número de delegados sindicais de cada Estado que compareceram ao conclave.

Como é explicado no trabalho, foi durante esse Encontro que os sindicalistas transformaram o Comando da Greve Geral da "crise do Gabinete" - ocorrida em 5 de julho daquele ano - no CGT. "Três Confederações participaram do Comando Geral dos Trabalhadores, desde sua formação "oficial" no IV Encontro Sindical Nacional: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMA), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC). Das federações participaram, entre outras, a dos Ferroviários e a Federação Nacional dos Arrumadores. Além disso, participou também a União dos Portuários Brasileiros (UPB)" (p. 46).

Todas essas entidades sindicais, lembra o autor, já neste momento estavam sob a direção de líderes da corrente "nacionalista". No ano de 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) e a Federação Nacional dos Jornalistas, vincularam-se ao CGT. "E, finalmente, logo após a sua criação, em fins de 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) filiou-se também ao Comando Geral dos Trabalhadores" (p. 47).

Interessante é a abordagem, feita no livro, sobre a "ilegalidade do Comando Geral dos Trabalhadores", pois embora a Lei não tenha possibilitado a sua existência jurídica, o CGT atuou, de fato, como entidade máxima do movimento sindical brasileiro, aglutinando sindicatos, federações e confederações que eram organismos sindicais reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.

Na terceira parte, o livro apresenta um estudo sobre a atuação do Comando Geral dos Trabalhadores junto aos rurícolas brasileiros, focalizando as relações sociais no campo e os movimentos dos trabalhadores rurais.

Mediante o relato dos movimentos no universo rural, desde o Engenho Gáliléia até a formação da CONTAG, o autor nos põe em contato com a atuação de Julião e as Ligas Camponesas; a influência da Igreja Católica, do PCB e da AP nos sindicatos rurais; e a ação do CGT nas lutas dos trabalhadores do campo.

A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (a CONTAG), filiada ao CGT, é resultado, como demonstra o trabalho, de um processo de mobilização dos homens do campo, que já vinham se organizando, desde meados da década de 50, com a fundação da União dos La-

trabalhadores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB) e a criação da primeira Liga Camponesa, em Pernambuco.

A última parte do livro trata das manifestações políticas integradas pelo CGT, desde a greve geral de 5 de julho de 1962, cujo comando foi o embrião do CGT, até os acontecimentos de março de 1964.

O autor nomeia como objetivo deste estudo, "oferecer à comunidade acadêmica, aos sindicalistas e aos trabalhadores em geral, a História de uma entidade que embora em nenhum momento tenha sido reconhecida oficialmente pelo governo, atuou, na prática, como órgão máximo do movimento sindical brasileiro, nos primeiros anos da década de 60".

O grande volume de informações, fundamentado em reflexões com base na bibliografia pesquisada por Sérgio Amad Costa - imprensa diária, imprensa sindical, revistas, livros e artigos - possivelmente, ainda mais se enriqueceria com o uso de informes orais e propriamente da documentação oral com base em entrevistas-documentos. A dispensa deste tipo de fonte nem por isto deixa de propiciar ao leitor uma perfeita compreensão dos acontecimentos que nortearam aquele momento histórico.

Lançado quase paralelamente à resolução de se fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), "O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (60-64)", de Sérgio Amad Costa, apresentado por Sérgio Buarque de Hollanda, que o classifica de "admirável peça histórica", está sendo lançado pela Editora Grêmio Politécnico e distribuído pela Catavento Distribuidora de Livros LTDA.

Luciara Silveira de Aragão e Frota

"O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-64)", Editora do Grêmio Politécnico, 153 páginas.

ENSINO PAGO:
um retrato sem retoques
CARLOS B. MARTINS



Paralelamente à precária situação em que vivem as universidades Federais, Estaduais e as Católicas, vem surgindo no Brasil, nos últimos 20 anos, um ensino privado sólido economicamente, que não clama por

verbas públicas. Este novo ensino constitui o tema do livro de Carlos B. Martins, apresentado inicialmente como dissertação de mestrado em Sociologia na PUC-SP em fins de 1979.

O objetivo do autor é fazer a análise de uma instituição educacional que atua no nível superior do ensino brasileiro: Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU.

O livro é um estudo de caso. O material básico utilizado é constituído de depoimentos daqueles que vivenciam a instituição diariamente. Também foram utilizados como fonte de informação, portarias oficiais da instituição, pareceres do CFE sobre estas faculdades, depoimentos extraídos da CPI sobre Ensino Superior e noticiário de jornais sobre a instituição.

Partindo do pressuposto de que a Educação é um fenômeno histórico que "liga-se à produção e reprodução da sociedade humana" (p. 23), o autor, ao analisar o ensino privado, destaca seu caráter mercantil e suas funções ideológicas, contextualizando historicamente o processo de criação e crescimento da instituição.

Segundo Martins, dois problemas que mobilizam os estudantes levamo-los a elaborar projetos para o ensino superior: o problema dos excedentes e as pressões pela reestruturação dos cursos, currículos e formas de participação de professores e alunos na gestão da universidade.

Quanto ao primeiro, havia incapacidade do sistema universitário em absorver os estudantes aprovados nos vestibulares que não podiam ingressar no ensino superior por causa da falta de vagas. Tal pressão sobre o ensino superior relacionava-se com a ampliação da taxa de matrícula do ensino médio que, entre 1947-64, cresceu 4,3 vezes. A procura do ensino superior também estava ligada ao "processo de concentração da propriedade e da renda em curso na sociedade brasileira desde a década de 50 e que acentua-se com a política econômica adotada a partir de 1964" (p. 57). Isso dificultava a ascensão social através de poupança e investimentos em pequenos negócios. Desta forma, "as camadas médias passam a valorizar a educação com meio que poderia viabilizar o seu projeto de ascensão social nas ocupações burocráticas ou técnicas, passando a investir em educação ou pressionando o governo a dispensar mais com o setor educacional" (p. 57).

Até a época da Reforma Universitária, o setor público tinha maior participação que o setor privado no ensino de terceiro grau. Após 64, o Estado inclinou-se para uma política de ampliação das chances educacionais para as camadas médias urbanas, "sem envolver-se em seu custo" (p. 69). O Relatório Meira Mattos, ao propor medidas para o sistema educacional, segundo o autor, "atua dentro destas diretrizes de ampliação sem deslocar recursos financeiros para esta área" (p. 61).

Para o autor, a forma pela qual se verificou a ampliação do ensino universitário no Brasil, acabou produzindo duas redes de ensino: as instituições públicas e as instituições privadas.

A INDÚSTRIA CULTURAL

Ao fazer a distinção entre instituição pública e instituição privada, Martins afirma que o fundamental não é a propriedade jurídica, "mas o fato das unidades de ensino determinarem-se ou não como empresas capitalistas..." (p. 80). Assim, as instituições de ensino de propriedade estatal e algumas instituições de direito privado que não estão voltadas para a obtenção do lucro - pois a rentabilidade "deve-se à necessidade de reprodução ampliada das mesmas como empreendimento não capitalista" (p. 80), constituem instituições públicas.

O setor privado abrange as instituições organizadas com fins lucrativos e de acumulação de capital. A FMU insere-se neste setor. A entidade de mantenedora da instituição era vinculada à Igreja Metodista. Mais tarde, a Igreja rompeu com a instituição. "Forma-se então uma nova mantenedora 'sem fins lucrativos' e uma pessoa jurídica com funções específicas de administrar a faculdade. Essa pessoa jurídica legalmente poderia aferir lucros" (p. 106).

Para o autor, a instituição analisada organiza-se e funciona como uma indústria cultural. Este termo, cunhado por Adorno e Horkheimer no final dos anos 40, designa o processo de comercialização dos produtos culturais. E Martins considera que a Educação, ao organizar-se sob a inspiração de rentabilidade dos investimentos, pode ser vista como uma indústria cultural, onde a produção de bens simbólicos é definida pelo público. Ministra-se assim, uma "cultura média" (p. 98) para um grande público de consumidores, ao passo que a produção erudita destina seus produtos a um público potencialmente produtor da cultura.

A grande maioria dos alunos dessa instituição pertence às camadas médias-assalariadas que vêm na escola "o local de acerto de contas, no qual um público em débito com o acervo cultural busca atualizar-se com o mesmo" (p. 122). Importante a reter é que existe um ponto de encontro entre as aspirações profissionalizantes desse público e a promessa de atender a tais aspirações por parte da FMU.

O PRODUTO FINAL

O autor entende que a instituição analisada insere-se na categoria de "organização moderna", na qual "a maximização do lucro coloca como necessidade a disciplina impessoal" (p. 161).

Baseando-se nas observações de Edgar Morin, o autor afirma que "constituiu-se no mundo da cultura industrial, uma inteligentzia sobre a qual pesam sofisticados mecanismos de controle e disciplina" (p. 160). O resultado disto é uma "inteligência disciplinada" (p. 175). A instituição forma o intelectual "especialista em ciência aplicada; o organizador técnico" (p. 93). A Faculdade de Educação, por exemplo, rompeu a tradição brasileira de formar pedagogos nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, criando novas habilitações, tais como Educação de Excepcionais, Orientação Educacional, Pré-primário, etc. E o autor conclui: "estas faculdades formam quadros médios que estão mais envolvidos em atividades de rotina do que em planejamento e tomada de decisão" (p. 197).

O livro merece ser lido não só pelos profissionais ligados à área de Educação, mas por todos os interessados no debate que atualmente se trava sobre o ensino público e privado. Pois, nesse sentido, o trabalho de Martins é bastante elucidativo e pode dar uma boa contribuição para a discussão.

Sonia A. Marrach

"Ensino Pago: Um Retrato sem Retoques", Global Editora, 1981 - Teses: 2.

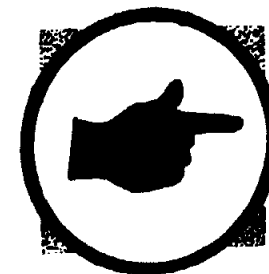


RELAÇÃO DAS PASTAS COM TRABALHOS DE PESQUISA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EXISTENTES NO NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

- 1) "AS GREVES OPERÁRIAS DE SÃO PAULO, 1889/1890; AS GREVES DOS COCHEIROS, 1889", Vera Lúcia Espanholetto Menegoz - 1977
- 2) "A ATUAÇÃO DA BANCADA PAULISTA NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1890/1891", M. Elisa Pereira Moura - 1977
- 3) "O MOVIMENTO OPERÁRIO EM SÃO PAULO NO INÍCIO DA REPÚBLICA (1890-1894)", Gelse Nanni Morgan e Heloisa Helena Gomes Pinto - 1978
- 4) "A EXPRESSÃO DAS GREVES OPERÁRIAS NO PERÍODO DE 1891 - 1892 NO ESTADO DE SÃO PAULO", Mônica Salomão e Célia Hossana Seraidarian - 1978
- 5) "A EPIDEMIA DE CÔLERA NO ESTADO DE SÃO PAULO NO ANO DE 1894", Liliana M. Assan Botelho - 1977
- 6) "O CENTRO SOCIALISTA DE 1895", Ana M. de S. Laffront e Lúcia Beatriz Andrade Prado - 1978
- 7) "GREVES OCORRIDAS NO ESTADO DE SÃO PAULO NO ANO DE 1895", Inês Comino - 1977
- 8) "O MOVIMENTO DA REAÇÃO MONARQUISTA DE 1896", Tereza Cristina Reingruber - 1977
- 9) "A GREVE DOS CHAPELEIROS DE 1897", Fany Flank Eichel
- 10) "O ATENTADO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1897 NAS DISCUSSÕES DOS JORNAIS 'O ESTADO DE SÃO PAULO' E 'CORREIO PAULISTANO'", Eneida Ferraz Panzoldo - 1977
- 11) "OS OPERÁRIOS EM SÃO PAULO, 1898", M. Cecília R. Fragata - 1978
- 12) "OS MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS EM SÃO PAULO NO INÍCIO DA REPÚBLICA VELHA (1891-1907)", M. Camila Duprat, M. Fernanda R. da Cunha, M. Teresa Loyola Colin - 1977

- 13) "O PROCESSO IMIGRATÓRIO EM SÃO PAULO - ITALIANOS - 1900"; Helenise Martins - 1979
- 14) "A GREVE DE 1903 EM SÃO PAULO" (Indústria Têxtil), Antonio Noburu Washiya
- 15) "A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO (1900-1906)", Iika Machado da Rocha Pinheiro - 1977
- 16) "ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO NO ANO DE 1906", Lea M. Ferreira Vedana - 1978
- 17) "O CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA, 1908", Thaís Cecília Ciampaoli - 1977
- 18) "O MOVIMENTO OPERÁRIO E A VISÃO DA CAMADA DOMINANTE (ANOS DE CRISE 1915-1917)", Regina Duarte Orsi - 1977
- 19) "MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ANOS DE 1916 A 1918; PARALELO DA REPRESENTATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E A SOCIEDADE HUMANITÁRIA DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO", M. Helena Nunes Vargas e Zilda Elvira Corazza - 1978
- 20) "A POLÍTICA ELITISTA DO BRASIL E AS ELEIÇÕES DE 1918", M. Izabel da Silva Cordo Bresciani, Denise Bernuzzi de Sant'Anna e Mônica de Camillis - 1980
- 21) "MOVIMENTO OPERÁRIO DE 1917/1918 E A INFLUÊNCIA ANARQUISTA NESSE PERÍODO", Tania Martinez - 1980
- 22) "OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS NO EIXO RJ-SP NO PERÍODO DE MARÇO DE 1918 A DEZEMBRO DE 1919"
- 23) "OS EFEITOS DA 1ª. GUERRA MUNDIAL NA ECONOMIA DO BRASIL: INDÚSTRIA E COMÉRCIO", Thaís Helena Benvenuti, M. Cecília Gaiarse Ferreira dos Santos - 1980
- 24) "O PENSAMENTO DE MAURÍCIO DE LACERDA EXPRESSO ATRAVÉS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS: 1912-1919", M. Amélia Ribas Loureiro - 1980
- 25) "O CASO BAIANO, ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 4/2/1923", Carlos Alberto Leme Silveira - 1980
- 26) "A GREVE DOS ENSACADORES DE CAFÉ NO PORTO DE SANTOS EM MAIO DE 1925", Peixoto Ribeiro da Silva - 1978
- 27) "ANO DE 1927 E AS TENTATIVAS DE MUDANÇA NO CENÁRIO POLÍTICO VIGENTE", s/n - 1979
- 28) "GREVES DE 1929", M. Helena Soares - 1977
- 29) "OS MOVIMENTOS JACOBIISTAS EM SÃO PAULO", Sílvia Alice Antibas - 1978

- 30) * Dados sobre movimentos operários (1924-1930)
 - * Projeto de Construção do Correio - autoria não identificada (fotos)
 - * "UNIVERSO VIVENCIAL DO PROLETARIADO, SÃO PAULO, PRINCIPALMENTE 1924 E 1928", Elinton Espírito Santo (Roteiro Fotográfico do Bairro da Mõoca)
 - * Xerox da "ESTATÍSTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO CORRESPONDENTE AO ANO DE 1928 - Editada pela Diretoria de Estatística Industrial e Comercial - Seção de Indústrias", da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo - 1930 - Tipografia Casa Garraux, SP.
- 31) "O BRASIL DE 1919 E A CONFERÊNCIA DE WASHINGTON", Brigida M. M. dos Santos, Neli de Amorim Schutt, Mariângela Bueno, Marizilda A. de Carvalho - 1980
- 32) "1923: CIA AMÉRICA FABRIL; MUDANÇA DE DIRETORIA E A PESSOA DO SR. LIBÂNIO DA ROCHA VAZ: REPRESENTANTE. UMA QUESTÃO EXISTENCIAL OU MERAMENTE REVOLUCIONÁRIA?", M. Cristina Caetano Dias, 1980
- 33) "COMO CAEM E SE MANTÊM AS OLIGARQUIAS APODRECIDAS, O COMBATE, 1922", Antonia Terra de Calazans Fernandes.



TESES DE MESTRADO
EM HISTÓRIA
DA PUC-SP

- 1) "INTERPRETAÇÃO BACHELARDIANA DO ESPÍRITO PRÉ CIENTÍFICO NO BRASIL PORTUGUÊS",
Walter Cardoso, 1977
- 2) "EM BUSCA DO SIGMA - ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE PLÍNIO SALGADO ÀS VÉSPERAS DA FUNDAÇÃO DA A.I.B.",
Maria do Pilar de Araújo Vieira, 1978
- 3) "AS GREVES DE 1917 EM SÃO PAULO E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO PROLETÁRIA",
Yara Aun Khoury, 1978
- 4) "A HISTÓRIA DE UMA ESPERANÇA E MUITOS DESENGANOS: GETÚLIO VARGAS E A IMPRENSA OLIGÁRQUICA PAULISTA (1926 - 1932)",
Vera Hercília Faria Pacheco Borges, 1978
- 5) "A AÇÃO IMPERIAL PATRIANOVISTA BRASILEIRA",
Teresa Maria Malatian Roy, 1978
- 6) "OCASO OU ACOMODAÇÃO? - O SIGNIFICADO DAS REFORMAS - SOCIAL, POLÍTICA, EDUCACIONAL - NO FINAL DO IMPÉRIO, 1870 - 1890",
Euclides Marchi, 1979
- 7) "ESTRUTURA DO PODER NUMA ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA, SÃO PAULO DE PIRATININGA: 1560 A 1640",
Marly M. Cammarosano Kopezynski, 1980

- 8) "A GREVE DE 1909 NA VIDRARIA SANTA MARINA E SEUS REFLEXOS-EM OSASCO",
Helena Pignatari Werner, 1980
- 9) "MATO GROSSO: TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE (1850-1888)",
Lúcia Helena Gaeta Aleixo, 1980
- 10) "O DECÊNIO MORGADO DE MATEUS (1765-1775) NA CAPITANIA DE SÃO PAULO: UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO INSTRUÍDO PELO MARQUÊS DE POMBAL",
Maria Lucia Bertachini, 1980
- 11) "SAÚDE E HISTÓRIA: ESTUDO DE MICRO-REGIÕES DO RIO GRANDE DO NORTE",
Maria Leneide Câmara de Oliveira, 1980

* * * * *



1 — JUSTIFICATIVA

O Programa de Estudos Pós-Graduados em História, adota como princípio fundamental, a consecução dos objetivos que norteiam a Universidade Católica de São Paulo, a qual no Art. 1.º do novo Estatuto se caracteriza como "... instituição de pesquisa e ensino superior e de prestação de serviços à comunidade".

Visará portanto, o Programa, primordialmente, desenvolver o gosto pela pesquisa, pelo estudo e documentação, objetivando o fornecimento de subsídios tão necessários à solução de problemas nacionais.

Desnecessário será lembrar que o levantamento de documentos e, com base nos mesmos, a realização de estudos relativos à História do Brasil, é questão de extrema importância, cuja solução não mais pode ser adiada. Realmente, a história pátria constitui-se num vasto campo em sua parte desconhecido. A simples repetição de livros tradicionalmente consagrados é hoje atitude ultrapassada.

É necessário reconsiderar determinadas afirmações, notadamente não baseadas em fontes, e repetidas durante décadas; é necessário levantar e trazer ao conhecimento, a enorme documentação esquecida em nossos arquivos. Esse é o desafio que se propõe à geração atual de estudiosos e à geração futura, interessada em História do Brasil.

Com esse intuito, ou seja, o de formar o historiador, na conotação atual do termo, isto é, do investigador que levanta as fontes primárias, analisa-as e interpreta-as, transcendendo as exigências da instrumentabilidade e afirmando-se como cientista criador, é orientado o Programa de Estudos Pós-Graduados em História.

Em nível de magistério superior, lembre-se que a figura do Docente está sempre ligada a do pesquisador, já que nas Universidades é que se localiza o laboratório principal onde trabalha o professor, preocupando-se em transmitir não apenas o suficiente cabedal teórico indispensável a cada disciplina, mas sobretudo, desenvolvendo em seus alunos o gosto pela pesquisa, pela análise, pela reflexão, pelo questionamento. Essa obra, efetivamente a mais importante do magistério, só será realizada se o professor, levado pela necessidade de ser um verdadeiro historiador, e não um mero transmissor de conhecimentos, estiver empenhado em buscar a matéria prima da história, retirando dela algum significado na tentativa de esclarecer os processos da História.

RECREDECIAAMENTO: AS PREOCUPAÇÕES DO CONSULTOR CORRESPONDEM ÀS DO MEC?

No dia 2 de outubro de 1981, os alunos do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUCCSP foram convocados para uma "conversa informal" com o Inspetor do MEC, Sr. Armando Soutto Maior.

O Sr. Soutto Maior explicou aos alunos que o objetivo de sua conversa era o de colher subsídios para elaborar um parecer, visando o recredenciamento do Programa de História pelo MEC.

Alertou-nos, desde logo, sobre a possibilidade do não recredenciamento do Programa, a menos que aceitássemos suas "sugestões" de transformação do curso que, caso não fossem acatadas, redundariam em um relatório desfavorável, com consequências possivelmente funestas. A possibilidade do não recredenciamento se colocava ainda como consequência de pareceres anteriores (o Programa já havia sido rebaixado do nível B para o nível C).

Questionado sobre os critérios que estariam prevalecendo nesta avaliação, o Sr. Soutto Maior esclareceu que estavam baseados em questionários cujos dados eram posteriormente computados; com base nestes dados, poder-se-ia avaliar a produtividade do Programa que, segundo ele, é insatisfatória.

Os alunos então, contestaram a validade de tais critérios, concludados com basicamente quantitativos e, mais ainda, refutaram a utilização do conceito de produtividade aplicado a um processo educacional. Contrapôs-se a estes critérios, outros baseados no significado da produção científica em seus aspectos substantivos, que não são passíveis de medidas quantitativas, como se fossemos uma fábrica de produção de teses.

O prof. Soutto Maior concordou com a posição dos alunos e com a

necessidade de modificar tais critérios de avaliação, para o que seu próprio relatório poderia contribuir.

No mais, o prof. Soutto Maior passou a inquirir os alunos sobre a capacidade dos professores, sua dedicação e condições de atendimento aos alunos. Face às respostas obtidas, o Inspetor declarou-se satisfeito prometendo não poupar esforços no sentido de não só obter o recredenciamento do curso, como a modificação de sua categoria.

Em reunião posterior com os professores do Programa, os alunos tiveram ciência da pressão que o referido inspetor exerceu no sentido de acatamento de suas "sugestões", que acarretariam mudanças, algumas de caráter puramente formal, outras de caráter substantivo.

Tais sugestões do prof. Soutto Maior não estavam baseadas em padrões, normas e critérios estabelecidos pelo MEC - que se existissem seriam do conhecimento do Programa, mas, tão somente, nos critérios particulares e na concepção própria do Sr. Soutto Maior, a respeito da História. Em vista disto, os alunos da Pós-Graduação consideram que tais "sugestões" não devem ser acatadas, por expressarem unicamente a opinião pessoal de um Inspetor que, ao transmiti-las da forma que o fez, certamente exorbitou de suas funções e do poder que o MEC porventura lhe concedeu.

Tal posição significa para nós, a defesa da autonomia da Universidade, que se expressa exatamente na liberdade de refletirmos sobre nossa postura teórico-prática referente ao conhecimento histórico; tal reflexão foge, por definição, à competência de qualquer Ministério e de qualquer inspetor, e é a própria prática da autonomia universitária.

Defender portanto, o Programa de História destas ingerências, no tocante a conteúdos, é defender toda a Universidade; e não apenas anos, mas todas as universidades que podem amanhã ver-se nas mesmas condições.

Face os problemas que se colocam para o curso de Pós-Graduação de História desta Universidade, em virtude dos pareceres conclusivos emitidos pelo Sr. Inspetor do MEC, os alunos deliberaram, em reuniões abertas, o que segue:

A questão que envolve a visita do Sr. Inspetor, independente de seu caráter burocrático e portanto rotineiro, adquire uma abrangência que extrapola a dos objetivos aparentemente reais.

O significado mais amplo, que fica subjacente ao episódio em si, pode ser analisado sob dois aspectos básicos: os de ordem conjuntural e os de ordem estrutural - terminologia utilizada apenas para tornar mais didático o documento.

Consideraremos conjunturais os aspectos que se referem à visita propriamente dita: elucidação dos critérios com determinação quantitativa que nortearam as conclusões da instituição que representa, e indicação de alternativas de alteração no curso, às vezes de caráter formal, às vezes de caráter substantivo.

Consideramos ainda conjunturais - que não se posicionam como de menor importância - toda uma análise que pode ser feita a partir das relações que se vêm estabelecendo entre Estado e Igreja e portanto, no que nós diz respeito, entre Universidades Católicas e Ministério da Educação: problemas das verbas, corte ou extinção de programas de convênios com Bolsas de Estudo, levantamento de informações por vias e fontes não de todo conhecedoras da realidade de nossos cursos, e cujas críticas que porventura tenham, nunca nos foram explicitadas idoneamente.

Consideramos estruturais duas ordens de problemas: primeiro, a necessidade de se defender a autonomia desta Universidade, que, face os aspectos conjunturais se vê cada dia mais ameaçada, e um aspecto que, a nosso ver, foge à competência do Ministério, por ser espinha dorsal desta mesma autonomia: a necessidade de esclarecermos, revermos, refletirmos enfim, sobre nossa postura teórico-prática referente ao conhecimento Histórico.

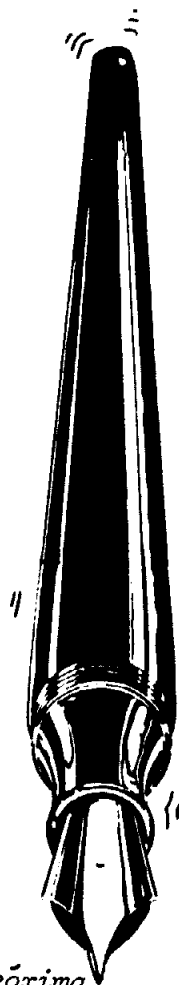
O conjunto destes problemas nos levam à questão da produtividade em nosso curso: o que consideramos produtividade, qual sua finalidade, que posturas teórico-metodológicas daremos a seu tratamento, que postura adotar face a necessidade de divulgação desta filosofia de ação.

Face a estas considerações, cumpre-nos referendar, nosso apoio à comissão que nos representará junto ao Ministério, nos seguintes termos:

- 1.- garantir que os aspectos substantivos que consolidam a política e refletem uma filosofia de ação face a teoria do conhecimento, sejam mantidos e/ou não sejam objeto de especulação pelo MEC, condicionando a isto o recredenciamento;
- 2.- não acirrar contradições que redundem em antagonismos que levarão ao confronto MEC/PUC-História, a um impasse pessoal e talvez improdutivo para o curso em questão, já que o próprio MEC abriu possibilidades de conversações, apesar dos pareceres conclusivos;
- 3.- organizar-se no sentido de obter mobilização interna e pública, caso as instâncias deliberativas resultem num fechamento prejudicial à autonomia do curso e da Universidade como um todo.

Quanto aos aspectos substantivos, que se referem à consolidação de um processo na estruturação de nosso curso, deliberamos ampliar as discussões e gestões que já vêm sendo processadas, no sentido de re-discutirmos as questões referentes aos aspectos teórico-metodológicos e a fundamentação filosófica que resulta no desenvolvimento das pesquisas, reavaliando suas áreas de concentração, suas condições, finalidade e caráter de produtividade, suas opções em termos de desenvolvimento do conhecimento histórico, sua posição face as outras áreas do conhecimento, etc...

"... formar o professor em especial universitário profissional em todos os setores ligados direta ou indiretamente à educação e, primordialmente, revelar o pesquisador especializado no estudo de trabalhos ligados à história — sobretudo a História do Brasil — é a preocupação e a orientação do Programa de Estudos em nível Pós-Graduado em História..."



Até a próxima!



GLOBAL HISTÓRIA POPULAR

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

- O Período Regencial - *Augustin Wernet*
- Entradas e Bandeiras - *Luiza Volpato*
- Inconfidência Mineira - *Ephigênia Lage*
- Independência do Brasil - *José Ribeiro Júnior*
- República Velha - *Leonardo Trevisan*
- A Abolição - *Emília Viotti da Costa*
- Vargas e sua Época - *Antonio Augusto C. Faria*
- O Açúcar no Brasil - *Gadiel Perruci*
- O Brasil no Século XIX - *Denis Bernardes*
- Como o Brasil Ficou Assim - *Enrique Peregalli*
- A Revolução de 30 - *Maria José Feres*
- História do Cangaço - *Maria Isaura Pereira Queiróz*
- As Lutas pela Independência - *Cid Teixeira*
- 1910: A Revolta dos Marinheiros - *Mario Maestri*
- Movimentos Sociais no Brasil - *Francisco Foot V. Leonardi*
- O Movimento Sindical - *Antonio Carlo Bernardo*
- Lutas Populares no Campo - *Janaina Amado*



global
editora

Rua França Pinto, 836
04016-000
9-9640 - 544-2917
Caixa Postal - 45329
000 - Vila Mariana
São Paulo - S.P.